

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JÚLIA SEGABINAZZI COELHO

VIOLÊNCIA, TRANSEXUALIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA

PORTO ALEGRE

2018

JÚLIA SEGABINAZZI COELHO

VIOLÊNCIA, TRANSEXUALIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele Fellini Fachinetto.

PORTO ALEGRE

2018

JÚLIA SEGABINAZZI COELHO

VIOLÊNCIA, TRANSEXUALIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Aprovado em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rochele Fellini Fachinetto (Orientadora)

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira (UFRGS)

Me. Paola Stuker (PPG Sociologia – UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora Rochele Fellini Fachinetto pela orientação, apoio, confiança e empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradeço ao professor Alex Niche Teixeira e à mestra Paola Stuker pela participação na minha banca examinadora e pelos apontamentos feitos a respeito do meu trabalho.

Agradeço a todos meus professores que me proporcionaram o aprendizado necessário para construir meus conhecimentos e, assim, concluir esta formação.

Agradeço ao meu pai, que mesmo em momentos difíceis, me incentivou para que eu seguisse esta caminhada até o fim.

Agradeço, por fim, a minha mãe, pela companhia e carinho, em muitas tardes de escrita e leitura, em que me ouviu e me aconselhou incansavelmente.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema as representações veiculadas nos canais eletrônicos de mídia acerca dos homicídios de pessoas trans. O recorte de pesquisa são os assassinatos de pessoas trans ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, entre janeiro de 2017 e junho de 2018. Nesse período, segundo a ANTRA, foram cometidos doze assassinatos contra essa parcela da população, dos quais onze foram divulgados em portais de notícias. Os onze casos noticiados são analisados, tendo como guia a seguinte pergunta de pesquisa: De que forma a mídia representa os homicídios de pessoas trans em sua narrativa sobre os crimes? O objetivo geral é: analisar as Representações Sociais dos homicídios de pessoas trans na mídia. A hipótese que norteou o trabalho é que as representações desses assassinatos na mídia implicam na invisibilização transfóbica, ou seja, tratam esses crimes como comuns e não aventam a possibilidade de serem crimes de ódio, motivados pela transfobia. A partir da análise das notícias foi possível identificar que há uma narrativa que se limita ao momento da investigação policial, não abordando o prosseguimento dos casos em outras instâncias judiciais. Outro ponto que surgiu, ao longo da análise, foi a invisibilidade ou a visibilidade precária da identidade trans nas narrativas midiáticas. Na maioria das notícias, as vítimas são identificadas pelo seu nome registro, e em nenhuma delas a identidade trans foi associada a motivação do crime, o que implica na invisibilização transfóbica.

Palavras chave: Representações Sociais; Violência; Transfobia; Homicídios de Transexuais.

ABSTRACT

This monography has as its theme the representations in electronic media about the murder of trans people. The research is the murders of trans people in the state of Rio Grande do Sul, between January 2017 and June 2018. According to ANTRA, twelve murders were committed against these persons, of which eleven were reported on news eletronic portals. The eleven cases reported are analyzed with the following research question as a guide: How does the media portray the murders of trans people in their crime narrative? The overall goal is: to analyze the Social Representations of the murders of trans people in the media. The hypothesis that guided the work is that the representations of these murders imply the transfobic invisibility, that is, treat these crimes as common and do not propose the possibility of being crimes of hate, motivated by the transphobia. From the analysis of the news it was possible to identify that there is a narrative limited to the moment of the police investigation, not addressing the continuation of the cases in other judicial instances. Another point that emerged throughout the analysis was the invisibility or precarious visibility of trans identity in media narratives. In most of the news the victims are identified by their registry names, and in none of them the trans identity was associated with motivation of the crime, which implies in the transfobic invisibilization.

Keywords: Social Representations; Violence; Transphobia; Murder of Transsexuals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Assassinatos de Pessoas Trans no Rio Grande do Sul (2017).....	14
Figura 2 – Mapa dos Assassinatos de Pessoas Trans em Pelotas (2017).....	14
Figura 3 – Mapa dos Assassinatos de Pessoas Trans no Rio Grande do Sul (2018).....	15
Figura 4 – Temas e conceitos da sociologia durkheimiana.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vítimas no Rio Grande do Sul em 2017.....	52
Quadro 2 – Vítimas no Rio Grande do Sul em 2018.....	53
Quadro 3 – Notícias sobre os assassinatos de pessoas trans no Rio Grande do Sul em 2017.....	54
Quadro 4 – Notícias sobre os assassinatos de pessoas trans no Rio Grande do Sul entre janeiro e junho de 2018.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Homicídios de Travestis e Transexuais no Brasil, México, Estados Unidos, Colômbia, Argentina e El Salvador.....	25
Gráfico 2 - Homicídios de pessoas Travestis e Transexuais no Brasil entre 2008 e 2017.....	26
Gráfico 3 - Número de homicídios de Travestis e Transexuais no ano de 2017 por região do Brasil.....	27
Gráfico 4 – Áreas de conhecimento e teorias de representação social no CNPq.....	35
Gráfico 5 – Faixa etária das vítimas.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

GGB – Grupo Gay da Bahia

RS – Representações Sociais

RSV – Representações Sociais da Violência

TRS – Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A VIOLÊNCIA (DE GÊNERO) E A POPULAÇÃO TRANS	18
2.1 GÊNERO E SEXO.....	18
2.2 VIOLÊNCIA LETAL CONTRA PESSOAS TRANS: O HOMICÍDIO.....	24
3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA	34
3.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	34
3.1.1 O conceito de representações coletivas	35
3.1.2 As Representações Sociais em Moscovici	38
3.1.3 A teoria das representações como agenda de pesquisa	39
3.2 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA.....	46
4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS	51
4.1 CONFIGURAÇÃO DO HOMICÍDIO.....	59
4.2 IDENTIDADE TRANS.....	61
4.3 CARACTERÍSTICAS DO AUTOR DO CRIME.....	64
4.4 DESCRIÇÃO DA VÍTIMA.....	67
4.5 DESENVOLVER DO PROCESSO (JUDICIALIZAÇÃO).....	70
4.6 LOCAL DO FATO.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais violentos para a população LGBT no mundo. Conforme dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), entre os meses de janeiro e abril de 2018, dos homicídios contra a população LGBT no mundo, 52% ocorreram no Brasil (GGB, 2018). O quadro da violência contra pessoas trans no Brasil também é alarmante. Segundo a Agência Brasil, a cada 48 horas é cometido um homicídio contra essa parcela da população. Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema as Representações Sociais produzidas na mídia sobre homicídios cometidos contra pessoas trans.

No estado do Rio Grande do Sul, de acordo com dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), durante o ano de 2017 ocorreram seis assassinatos de pessoas trans, mesmo número (6) de homicídios para o período entre janeiro e junho de 2018. Os dados fornecidos pela ANTRA delimitam o recorte dos casos da presente pesquisa, a qual está focada nos discursos narrativos da mídia acerca desses homicídios. Desses doze casos de homicídio, são analisados onze, pois um dos homicídios não foi noticiado em nenhum canal eletrônico de mídia e por isso é desconsiderado. A partir da análise das notícias sobre os homicídios de pessoas trans é proposta seguinte pergunta de pesquisa: **De que forma a mídia representa os homicídios de pessoas trans em sua narrativa sobre os crimes?** O problema de pesquisa do presente trabalho busca refletir sobre como são noticiados os homicídios de pessoas trans a partir de aspectos como: motivações, circunstâncias do crime (como foi cometido e em que local), perfil das vítimas e dos suspeitos e o local onde se deram os homicídios ou foram encontrados os corpos. Tendo em vista o alcance cada vez maior da mídia, as formas como esses casos de homicídios são noticiados, definidos e retratados são fatores importantes, pois podem naturalizar o ato da violência letal (homicídio) em si, bem como o entendimento do mesmo pelo público.

Apesar do quadro de grande violência contra pessoas trans no Brasil, é possível afirmar que os estudos no país que abordem o tema da representação da violência letal contra essas pessoas nos canais eletrônicos de mídia são escassos. Entende-se que as análises elaboradas com base nas narrativas realizadas pela mídia trazem apontamentos pertinentes para refletir sobre o tema dos

homicídios de pessoas trans no contexto nacional. A coleta de dado realizada durante a elaboração da pesquisa, bem como as análises resultantes da mesma, podem ajudar na visibilidade do tema abordado, trazendo a discussão à tona no âmbito acadêmico e buscando ampliá-la no debate público. Busca-se aqui conferir visibilidade ao tema e fornecer pontos para a reflexão acerca das narrativas midiáticas relativas às pessoas trans. Apesar da violência e dos homicídios contra pessoas trans serem um problema latente no cenário nacional, foi necessário, em função dos limites que um Trabalho de Conclusão de Curso impõe, definir como recorte geográfico o estado Rio Grande do Sul e temporal o período entre janeiro de 2017 e junho de 2018. A delimitação desse recorte temporal foi estabelecida levando em consideração o intuito de se trabalhar casos mais recentes, não ampliando o recorte para possibilitar uma análise mais aprofundada.

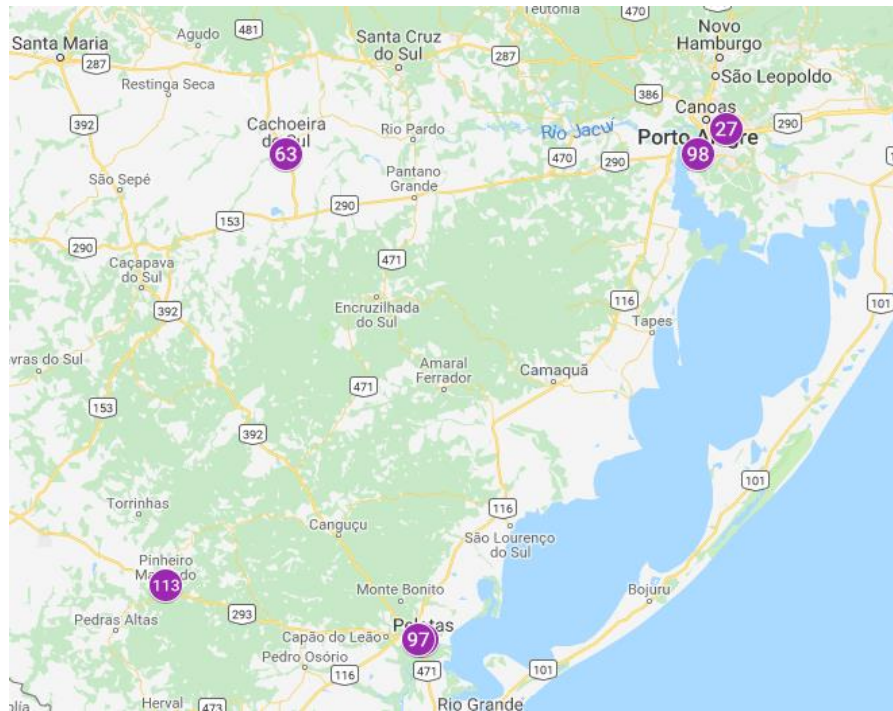
Além da pergunta de pesquisa, a análise é guiada por objetivos gerais e específicos. O objetivo geral é: analisar as representações dos homicídios de pessoas trans na mídia. Como objetivos específicos foram definidos: (1) analisar como as motivações aparecem nas notícias; (2) identificar como são construídos os perfis das vítimas e dos suspeitos; (3) averiguar se a transfobia aparece, ou não, como possível motivação dos crimes. A hipótese é que a mídia, ao noticiar os casos de homicídio de pessoas trans, não evidencia o contexto social em que se encontram as vítimas, não sendo apontada a LGBTfobia ou transfobia como possível motivação. O que implica ignorar a existência de um quadro de violência contra a comunidade LGBT e contra as pessoas trans, considerando tais crimes como comuns, sem levantar a hipótese de serem crimes de ódio. Entende-se também que, por não haver uma correta tipificação da violência contra pessoas trans nas leis brasileiras, os casos noticiados auxiliam na constituição de estatísticas e relatórios de pesquisa acerca de homicídios dessas pessoas, porém a narrativa da mídia contribui para a invisibilidade da possível motivação transfóbica dos crimes. Em muitos casos, as vítimas têm suas identidades violadas e são retratadas nas reportagens pelo nome referente ao sexo com o qual não se identificam. Portanto, ocorrem dois assassinatos: primeiro a existência física é eliminada e logo após, quando o fato é noticiado, nega-se a identidade de gênero da vítima.

A metodologia utilizada para desenvolver o trabalho contou com duas etapas: coleta e quantificação dos dados; e análise e interpretação dos dados coletados. A busca das notícias começou com a procura em sites de canais eletrônicos de mídia do Rio Grande do Sul, sendo eles: Gaúcha ZH, Correio do Povo e Sul 21. Foram utilizados os termos: “transexual” e

“travesti”, combinando-os com as palavras “morte”, “morto”, “morta”, “assassinato”, “assassinado” e “assassinada”. A busca retornou muitos resultados, com notícias de diversos anos e sobre assuntos que não diziam respeito a casos que, necessariamente, envolviam pessoas trans. Para refinar os resultados, passou-se ao site da ANTRA, no qual foram acessados dois mapas virtuais e um relatório acerca do mapa dos assassinatos de 2017. De acordo com Bruna Benevides, uma das autoras do relatório, esse é um esforço para materializar os dados sobre tais crimes, uma vez que pela omissão do Estado não existem dados oficiais (BENEVIDES, 2018). Para identificar os casos de assassinatos foram utilizados os mapas virtuais dos “Assassinatos de Pessoas Trans” de 2017 e de 2018.

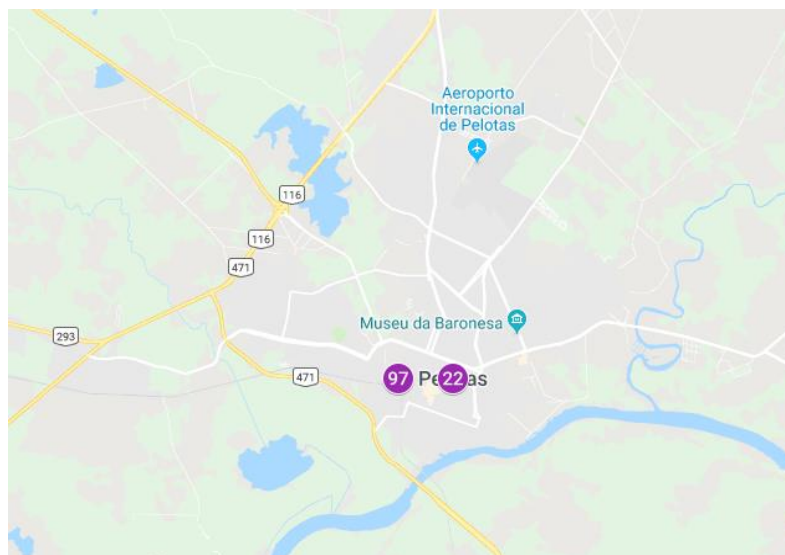
Nos mapas disponibilizados pela ANTRA, os casos de assassinato são numerados, em ordem cronológica, e sinalizados em seu local de ocorrência. Ao clicar em cada sinalizador aparece uma lista com o nome social da vítima, a identidade de gênero, a idade, a cidade, a data do crime, a maneira como foi cometido o homicídio e um link para acessar uma notícia (uma por caso). No Rio Grande do Sul, seis casos ocorreram no ano de 2017 (Figura 1 e Figura 2) e seis casos entre os meses de janeiro e junho de 2018 (Figura 3). Nas figuras 1 e 2, estão representados os casos de assassinato identificados a partir do mapa do ano de 2017. São no total seis casos: dois na região metropolitana (Porto Alegre e Cachoeirinha); dois na região sul (Pelotas); um na região sudeste (Pinheiro Machado); e um na região central (Cachoeira do Sul).

Figura 1 – Mapa dos Assassinatos de Pessoas Trans no Rio Grande do Sul (2017)



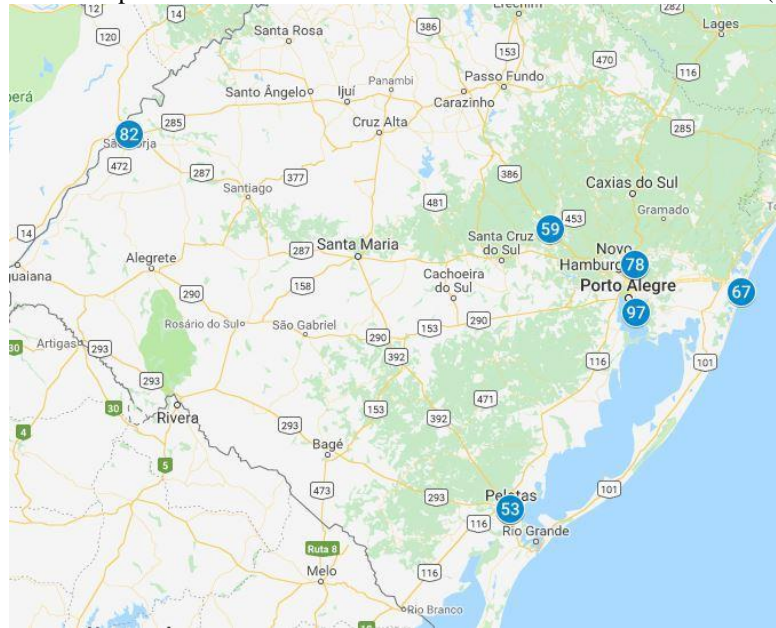
Fonte: ANTRA, **Assassinatos de Pessoas Trans 2017**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-30.62079747272134%2C-52.52026458620048&z=8&mid=1yMKNg31SYjDAS0N-ZwH1jJ0apFQ>>. Acesso em: 05/11/2018.

Figura 2 – Mapa dos Assassinatos de Pessoas Trans em Pelotas (2017)



Fonte: ANTRA, **Assassinatos de Pessoas Trans 2017**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-30.62079747272134%2C-52.52026458620048&z=8&mid=1yMKNg31SYjDAS0N-ZwH1jJ0apFQ>>. Acesso em: 05/11/2018.

Figura 3 – Mapa dos Assassinatos de Pessoas Trans no Rio Grande do Sul (2018)



Fonte: ANTRA, **Assassinatos de Pessoas Trans 2018**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvhh3OTAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-31.09084719439038%2C-53.01614260743975&z=7>>. Acesso em: 06/11/2018.

Até junho de 2018, o número de casos era o mesmo que o do ano de 2017. Na figura 3, estão representados os homicídios contra pessoas trans no Rio Grande do Sul, cometidos no primeiro semestre de 2018: dois na região metropolitana (Porto Alegre e São Leopoldo); um no litoral (Tramandaí); um na região central (Lajeado); um na região sul (Pelotas); e um na região sudoeste (São Borja).

Para facilitar o trabalho de análise de cada caso, foram criadas fichas, uma para cada vítima. No total são doze vítimas e foram preenchidas as seguintes informações sobre as elas: (1) nome social da vítima; (2) nome de registro da vítima; (3) idade; (4) profissão; (5) circunstâncias do homicídio; (6) localidade; e (7) data. As informações utilizadas no preenchimento das fichas foram retiradas dos mapas do site do ANTRA e das notícias encontradas na busca.

Dos doze casos identificados pela ANTRA, foram encontradas notícias para onze deles. Para o homicídio ocorrido em Tramandaí, em maio de 2018, não foi encontrada nenhuma notícia e as informações foram obtidas através de *whatsapp*, por isso foi desconsiderado na análise. Então foram selecionados onze casos, dos quais foram buscadas notícias na plataforma de pesquisa Google através do nome social e do nome de registro (caso este tenha aparecido

nas notícias disponibilizadas pela ANTRA). Em seguida, esses mesmos nomes foram associados na busca aos vocábulos “morte”, “morta”, “morto”, “assassinato”, “assassinada”, “assassinado” e aos títulos das notícias já disponíveis no site da ANTRA. Optou-se por notícias veiculadas em portais e sites que não fossem direcionados ao público LGBT, pois o objetivo é refletir sobre como conceitos, por exemplo, de identidade de gênero e violência de gênero são, ou não, considerados nos canais eletrônicos de mídia. No total, foram encontradas 49 notícias, contando com as notícias disponibilizadas pela ANTRA. Das 49, cinco são cópias de notícias divulgadas em outros canais eletrônicos de mídia, portanto foram desconsideradas.

O texto das notícias é lido e analisado de acordo com a “análise de conteúdo” proposta por Lawrence Bardin no livro *L'analyse de contenu* (“Análise de Conteúdo”), publicado em 1977 na França. Conforme Bardin (2011, p. 9), a análise de conteúdo é um: “[...] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” Como método analítico, a análise de conteúdo propõe a leitura crítica permitindo classificar os diversos componentes do significado da mensagem, o que possibilita analisar uma realidade que está além da mensagem pela inferência. A inferência é uma das técnicas empregadas, na qual os resultados da pesquisa recebem um tratamento orientado por polos de comunicação (emissor da mensagem, receptor da mensagem, a mensagem e seus significados e o meio de divulgação da mensagem). A partir da identificação e análise desses polos, é possível ler e identificar pontos exteriores ao conteúdo, sobretudo em relação aos silêncios presentes na interação entre mensagem e o seu contexto de produção (BARDIN, 2011).

Segundo Bardin, o método da análise de conteúdo pode ser dividido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados por meio de inferência e interpretação. A pré-análise é o momento de organização da análise, no qual há a aproximação com o assunto pela leitura flutuante, sendo feita a escolha da documentação a ser analisada e a definição dos objetivos e das hipóteses do trabalho. Neste primeiro momento da análise, também é composto o *corpus* documental, o qual passa pelo processo de codificação (numeração e agrupamento das fontes por recorte de tema, de palavra ou de frase). O recorte utilizado para este trabalho foi temático. As notícias foram numeradas de acordo com a ordem cronológica dos casos. Foram feitas também fichas para as notícias com as seguintes informações: (1) número da notícia; (2) título; (3) data da publicação; (4) nome da vítima; (5) resumo da notícia; (6) fonte - que corresponde ao canal eletrônico de mídia do qual ela foi

tirada; (7) data de acesso - que corresponde à data em que a notícia foi acessada no site, para a pesquisa; 8) "link" da notícia; e (9) autor - por quem a notícia foi escrita. As notícias analisadas possuem um formato padrão com um título que destaca o ocorrido e, na maioria dos casos, a pessoa assassinada. Os textos das notícias são curtos, muitas vezes sendo de dois parágrafos, e trazem informações sobre o local, vítima, forma como se deu o assassinato e, quando identificado, sobre o agressor ou suspeito. Dificilmente é feita uma leitura crítica do fato no texto, focando-se em informações genéricas e sensacionalistas, que são características muito comuns de notícias encontradas na maioria dos portais eletrônicos dos canais eletrônicos de mídia que tratam sobre violência.

Após a constituição e codificação do *corpus* documental, ainda seguindo Bardin, foi realizada a categorização, com a elaboração das categorias utilizadas para a interpretação das representações da identidade das vítimas e as representações dos homicídios nas notícias selecionadas. Para a análise, foram criadas e utilizadas as seguintes categorias: (1) **Configuração do homicídio**; (2) **Identidade Trans**; (3) **Características do autor do crime**; (4) **Descrição da vítima**; (5) **Desenrolar do processo (judicialização)**; (6) **Local do fato**. Essas categorias foram escolhidas para a análise, pois permitem averiguar se as notícias invisibilizam ou não a transfobia como possível motivação do crime.

Realizada a pré-análise, partiu-se para a segunda fase proposta por Bardin: a exploração do material. Nesta etapa, o conteúdo das notícias foi analisado e os trechos da mensagem foram divididos de acordo com as seis categorias elencadas na pré-análise. Por fim, passou-se para a fase de inferência e interpretação dos significados internos e externos da mensagem. Em função da metodologia adotada para desenvolver o tema, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, é feita uma revisão bibliográfica, discutindo conceitos de identidade de gênero e, sobretudo, a violência letal contra um determinado gênero. O segundo capítulo é dedicado à delimitação do conceito de Representações Sociais (RS) e Representações Sociais da Violência (RSV). No terceiro capítulo, são apresentados os resultados da análise de conteúdo, resgatando os conceitos discutidos nos capítulos 1 e 2, para refletir acerca de como o homicídio, a vítima, o agressor e a motivação do crime contra pessoas trans são representados na mídia, assim como o que é silenciado nessas representações. Por fim, na conclusão, é feito um fechamento acerca de cada capítulo do trabalho e os resultados da análise são discutidos à luz da hipótese da pesquisa.

2 A VIOLÊNCIA (DE GÊNERO) E A POPULAÇÃO TRANS

O objetivo deste capítulo é discutir alguns dos conceitos que embasam a análise das notícias. Aqui o espaço é dedicado à exposição dos conceitos de gênero, sexo e violência de gênero, a qual é entendida aqui como o ato violento praticado contra quem não se encaixa nos padrões heteronormativos da sociedade atual, sobretudo, quando o corpo materializa a sexualidade e assume um gênero que diverge do que é dado como “natural” pela norma da heterossexualidade. Primeiro são feitas algumas distinções, com a discussão dos conceitos de gênero e sexo, assim como da relação de ambos na delimitação das “formas de existir” na sociedade. Em um segundo momento, discute-se a violência de gênero e as formas pelas quais ela se dá com uma parcela da população: as pessoas trans.

2.1 GÊNERO E SEXO

Gênero e sexo são temas que envolveram e ainda envolvem grande discussão no campo das ciências sociais. Na Sociologia, os primeiros estudos sobre sexualidade aparecem durante a década de 1960, tendo como ponto de partida a crítica a teorias da psicanálise sobre o desejo sexual, como a freudiana. Buscava-se desnaturalizar a sexualidade. No entanto, a norma da heterossexualidade permanecia reconhecida como algo natural e não como construída social e culturalmente: “Os estudos sociológicos construtivistas legitimaram o modelo sexual como um todo e contribuíram para a constituição das culturas gays e lésbicas como se fossem minorias étnicas” (MISKOLCI, 2009, p. 167). Dentro da sociologia feminista, surgiram duas vertentes: uma relacionada aos estudos sobre mulheres e outra voltada ao gênero, utilizando o sistema sexo/gênero de Gayle Rubin (MISKOLCI, 2009, p. 168). Entretanto, mesmo atrelando sexualidade e gênero, a vertente baseada em Rubin não rompeu com os padrões heteronormativos da Sociologia (MISKOLCI, 2009, p. 168).

Segundo Richard Miskolci (2009, p. 159), a Teoria *Queer*, que ganhou corpo no final da década de 1980 nos departamentos de Filosofia e crítica literária das universidades dos Estados Unidos, surgiu: “[...] em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero.” O foco de análise da teoria são os discursos acerca de sexo e gênero, que buscam criar comportamentos normativos:

Uma teoria social obstinada em levar a cabo a proposta inacabada de desnaturalização do social se associa a uma maior atenção crítica aos processos normalizadores. A ênfase *queer* nos processos de normalização implicados na constituição dos sujeitos, das identidades sociais e até mesmo das coletivas que fundam movimentos sociais do presente, aponta para a compreensão de que a maioria dos fenômenos até recentemente compreendidos como desvio podem ser encarados como diferenças, resultado de processos contínuos e interrelacionados de inferiorização, da criação de Outros que justificam a distribuição e o acesso desigual ao poder. (MISKOLCI, 2009, p. 172 e 173).

Os teóricos e as teóricas *queer* têm como objetivo em suas análises realizar uma crítica aos padrões normativos que têm efeito sobre a construção de sujeitos e identidades. Essas normas hegemônicas, como a heterossexualidade, são desconstruídas na análise, revelando que a criação do Outro, o abjeto, implica em uma relação desigual de poder. Conforme Miskolci (2009, p. 173), a Teoria *Queer* propõe: “[...] uma crítica sem sujeito (*subjectless*)”, focando na criação e reforço das “estruturas sociais hegemônicas que criam sujeitos como normais e naturais, por meio da produção de outros perversos ou patológicos.” Esse tipo de crítica pode ser lido no trabalho da filósofa e teórica *queer* Judith Butler. No ano de 1990, Butler publicou o livro *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, traduzido para o português em 2003 sob o título “Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade”. Na obra, a autora discute questões relacionadas a como se constituem os sujeitos e as identidades que eles adotam, sobretudo, a identidade de gênero.

Segundo Butler (2003, p. 59), o gênero não é natural, porém pode ser cristalizado pela sociedade, como as categorias de “homem” e “mulher” oriundas de uma matriz binária heterossexual, dando a aparência de ser uma distinção natural: “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” Essa cristalização envolve a definição de uma normatividade, heterossexual e patriarcal, na qual estão implicadas disputas políticas, de poder, sociais e culturais: “Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria ‘cristalização’ é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais.” (BUTLER, 2003, p. 59).

A heteronormatividade da sociedade leva à constituição de identidades heterossexuais em oposição à homossexualidade, sendo o homossexual visto como o “Outro”, desprezado pela fuga à norma. Apesar disso, vestígios do “Outro” permanecem no que a autora chama de heterossexualidade melancólica, conformada pelo veto ao desejo homossexual. O resultado é que o “Outro” não é totalmente desprezado: “Isso significa que as identidades não são

absolutamente tão héteros, legítimas ou únicas quanto aparentam, [...], a fim de revelar a natureza instável e ressignificável de *todas* as identidades de gênero” (SALIH, 2012, p. 101).

Em relação à identidade de gênero, Butler propõe a noção de “performatividade”:

Nesse sentido, o *gênero* não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Conseqüentemente, o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância — isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que "não há 'ser' por trás do fazer, do realizar e do tomar-se; o 'fazedor' é uma mera ficção acrescentada à obra — a obra é tudo". Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias "expressões" tidas como seus resultados. (BUTLER, 2003, p. 48)

Ou seja, o gênero e, por consequência, a identidade de gênero não é “ser”, mas “fazer”. Com isso, ela é constituída e “cristalizada” pelas expressões e pelos conceitos que produz e pelos quais é produzida. A performatividade é o “fazer” que Butler pontua. Conforme Sara Salih (2012, p. 90), Butler diferencia *performance* de performatividade: “[...] enquanto a *performance* supõe um sujeito preexistente, a performatividade contesta a própria noção de sujeito”. O gênero é “ato” e a performatividade:

[...] não é [...] um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjuntos de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. [...] Na teoria do ato da fala, um ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que ela nomeia. De acordo com o relato bíblico do performativo, isto é, “que se faça a luz”, parece que é em virtude *do poder do sujeito ou de sua vontade* que um fenômeno é trazido, ao nomeá-lo, à existência. Numa reformulação crítica do performativo, Derrida deixa claro que esse poder não é a função de uma vontade originadora, mas é sempre derivativo [...]. (BUTLER, 2003, p. 167)

Portanto, para Butler a identidade de gênero é performativa, pois é “feita” na linguagem. A linguagem nomeia e dá sentido ao universo social e cultural, colocando normas e institucionalizando palavras e definições que precedem o sujeito. Dessa forma, a identidade de gênero é performativa, pois é um efeito e não uma causa do discurso, sendo, constantemente, reafirmada e reconfigurada, ao contrapor heteronormatividade da sociedade ao mesmo tempo em que essa identidade só é possível dentro dessa mesma norma heterossexual.

Da mesma forma que o gênero não é natural, o sexo também não o é. Butler rejeita a distinção entre sexo e gênero, na qual o primeiro é biológico e o segundo cultural. Para a autora, tanto o sexo quanto o gênero são construídos culturalmente:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma. (BUTLER, 2003, p. 25)

Ou seja, sexo e gênero estão imbricados e, uma vez que são construídos culturalmente, não podem ser pensados como naturais. Para Butler (2010, p. 154), a categoria sexo age como uma força regulatória marcando os corpos sobre os quais age: "Assim, o 'sexo' regulatório cuja materialização é imposta: essa ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas." Essa materialização do sexo no corpo se dá pelas normas regulatórias desse, que pautadas por imperativos heterossexuais buscam consolidar a heteronormatividade. A inscrição do sexo no corpo reitera essas normas regulatórias, que não são aceitas completamente, possibilitando a rematerialização desse corpo.

Butler define o sexo da seguinte forma:

O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2010, p. 154 e 155)

Isso é, tal qual o gênero, o sexo possui uma performatividade, sendo efeito das normas. As práticas discursivas constroem e afetam a materialidade do corpo do sujeito: "[...] a norma do sexo assume o controle na medida em que ela é citada como uma tal norma, mas ela também deriva seu poder através das citações que ela impõe." (BUTLER, 2010, p. 167 e 168) Essas "citações da norma" podem ser melhor entendidas a partir do seguinte argumento da autora:

O processo dessa sedimentação - ou daquilo que poderíamos chamar *materialização* - será uma espécie de citacionalidade, a aquisição do ser através da citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do "eu". (BUTLER, 2010, p. 169)

Ou seja, o que Butler chama de citacionalidade pode ser relacionado com a performatividade do gênero, tendo como efeito a materialização do sexo no corpo do sujeito, atuando na conformação da identidade do mesmo frente à norma heterossexual imposta. A autora argumenta que a citacionalidade é uma "reformulação da performatividade", uma vez que a performatividade de gênero implica a: "[...] prática forçosa e reiterativa dos regimes

sexuais regulatórios” (BUTLER, 2010, p. 170). Nisso, a agência do sujeito é condicionada pelos “próprios regimes de discurso/poder”, com a heterossexualidade atuando para delimitar “a ‘materialidade’ do sexo”, a qual parte de normas regulatórias “que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual” (BUTLER, 2010, p. 170). Essa materialização pressupõe “processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito” (BUTLER, 2010, p. 170). Na continuação de sua linha de raciocínio, Butler, afirma que os limites da materialização do sexo no corpo, a partir da norma heterossexual, produzem corpos que não são considerados legítimos:

[...] os limites do construcionismo ficam expostos naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como “corpos”. Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do “sexo” excluído e deslegitimado. (BUTLER, 2010, p. 170)

A existência de corpos abjetos possibilita que os corpos nos quais a norma heterossexual é materializada sejam qualificados como “corpos que pesam” (BUTLER, 2010, p. 170). Na sociedade, as pessoas trans podem ser consideradas, não só elas, como detentoras destes corpos desprezados e deslegitimados.

O fenômeno da transexualidade surge após a Segunda Guerra Mundial (ZAMBRANO, 2003, p. 43) quando, em 1952, é realizada a primeira cirurgia de mudança de sexo pelo médico Christian Hamburger em George Jorgensen, com o sexólogo Henry Benjamin cunhando o termo transexualismo no ano seguinte à cirurgia (ARÁN, ZAIIDHAFT e MURTA, 2008, p. 71). Conforme Márcia Áran, o transexualismo é considerado uma patologia por discursos atuais da sexologia, psiquiatria e psicanálise em função da: “não-conformidade entre *sexo* biológico e *gênero*”, assim como é tido por “uma psicose devido à recusa da diferença sexual” (ARÁN, 2006, p. 50). Essa visão patologizante é oriunda da “matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade.” (ARÁN, 2006, p. 50) Essas teorias teriam em comum a afirmação: “de que na transexualidade haveria uma incoerência entre *sexo* e *gênero*.” (ARÁN, 2006, p. 50). Até o primeiro semestre de 2018, a transexualidade era catalogada na 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como uma patologia relacionada à disfunção sexual. No entanto, em 18 de junho de 2018, foi lançada a 11ª edição da CID (CID-11). Nessa versão da CID, a transexualidade passa a ser enquadrada como uma incongruência de gênero, classificada entre as condições de saúde sexual.

Como foi exposto mais acima no texto, Butler (2010) critica a matriz binária que faz da heterossexualidade a norma cultural e social, criando o “Outro”, abjeto na sociedade. A

transexualidade é pensada, neste trabalho, como uma identidade de gênero: a identidade transexual. Partindo das considerações de Butler, Berenice Bento (2008, p. 19) define: “A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo.” Para a autora, expressões identitárias, como a transexualidade, demonstram divergências às normas heterossexuais de gênero. No entanto, essas normas permanecem delimitando como o sujeito apresentará seu corpo ao social:

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas estão são fundadas no diformismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos. (BENTO, 2008, p. 20)

Na “Cartilha de Gênero” da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), são apresentadas identidades de gênero presentes no Brasil. Dessas identidades, algumas se destacam para pensar o objeto de estudo deste trabalho:

Trans - Termo abrangente que tem sido usado para representar todas as pessoas que não são cisgêneras.

Travestis - Pessoas que foram designadas enquanto homem no nascimento, mas que se reconhecem enquanto pertencentes ao gênero feminino, mas que não reivindicam a identidade de 'Mulher'.

Transexual - Pessoa que não se identifica com gênero atribuído no nascimento e vivencia papéis do gênero oposto. No Brasil, se apresentam enquanto Mulheres Transexuais e Homens Trans.

Mulheres Transexuais - Pessoas que foram designadas enquanto homem no nascimento, mas que se reconhecem enquanto mulheres. Admitindo uma identidade de gênero diferente da que foi imposta e fazendo readequações que julgam necessárias para vivenciar de forma confortável o gênero que se identificam/pertencem (readequações, cirurgias ou modificações corporais não são marcadores determinantes da identidade de gênero e [tampouco]¹ são uma regra).

Homens Trans - Pessoas que foram designadas enquanto mulheres no nascimento, mas que se reconhecem enquanto homens. Admitindo uma identidade de gênero diferente da que nos foi imposta e fazendo readequações que julgam necessárias para vivenciar de forma confortável o gênero que se identificam/pertencem (readequações, cirurgias ou modificações corporais não são marcadores determinantes da identidade de gênero e [tampouco] são uma regra).

Transmasculino - Pessoas que foram designadas enquanto mulheres no nascimento, mas que se reconhecem enquanto pertencentes ao gênero masculino, mas que não reivindicam a identidade de 'Homem' dentro da dicotomia Homem x Mulher. (BENEVIDES, 2017, Sem paginação - Modificado)

Dessas identidades de gênero, neste trabalho, contemplam-se as mulheres transexuais (designadas como homens ao nascer e que se reconhecem como mulheres), homens transexuais (designados como mulheres ao nascer e que se reconhecem como homens) e travestis

¹ Correção de erro de coerência: no texto original estava “tão pouco”.

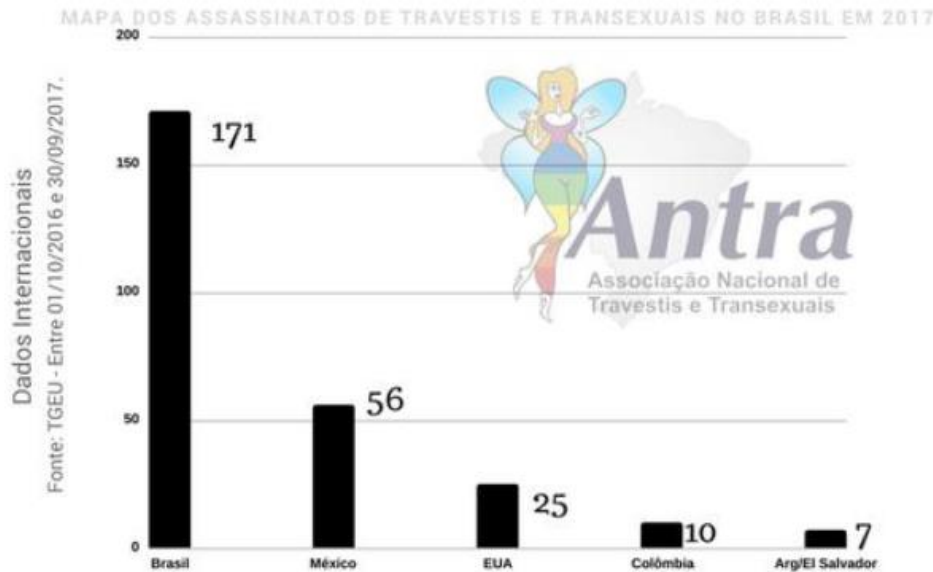
(reconhecem-se como pertencentes ao gênero feminino, mas não como mulheres) para se referir às vítimas dos casos de homicídios selecionados para a análise.

2.2 VIOLÊNCIA LETAL CONTRA PESSOAS TRANS: O HOMICÍDIO

A cada 48 horas, uma pessoa trans é morta no Brasil, que, de acordo com a ANTRA, é o país onde mais ocorrem homicídios contra essa parcela da população no mundo. A ANTRA é definida como: “[...] uma rede que articula mais de 200 instituições em todo o país, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos ao resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.” (BENEVIDES, 2018, p.2). No relatório realizado pela ANTRA sobre o mapa dos assassinatos ocorridos em território brasileiro, no ano de 2017, foram contabilizados 179 assassinatos de pessoas trans no país, sendo em 94% (169) dos casos crimes cometidos contra mulheres transexuais e 6% (10) contra homens transexuais (BENEVIDES, 2018). O relatório sobre o mapa dos assassinatos declara que os números apresentados são dos casos que foram noticiados pela mídia ou informados por pessoas dos locais em que os crimes ocorreram: “Há casos em que nenhuma mídia cobre o assassinato e, por conta disso, contamos apenas com relatos de pessoas locais que nos repassam informações” (BENEVIDES, 2018, p.12).

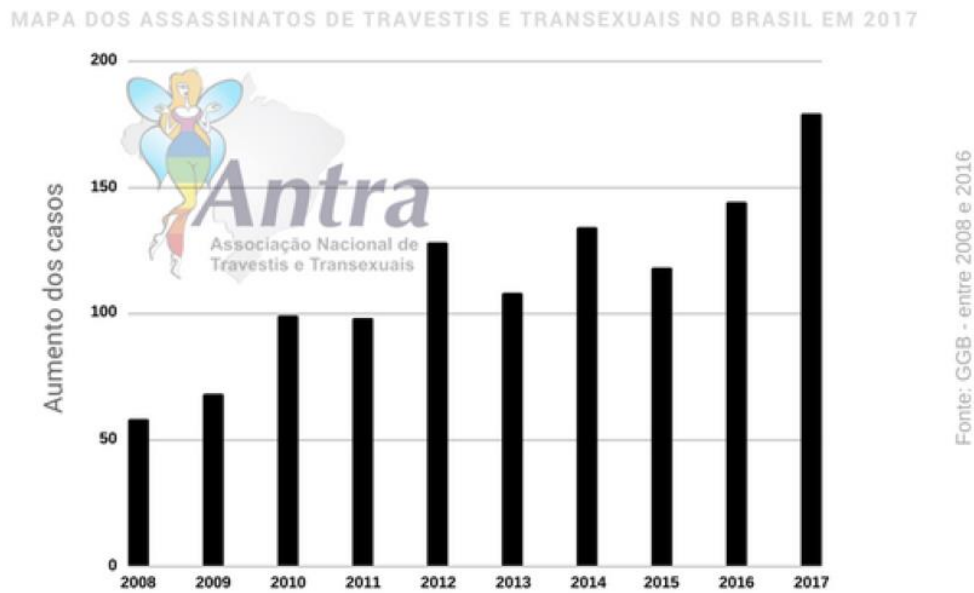
Considerando esses números: o Brasil apresenta três vezes mais assassinatos desse tipo do que o México, segundo país mais violento com pessoas trans (BENEVIDES, 2018); as mulheres transexuais brasileiras têm 14 vezes mais chances de serem assassinadas que um homem gay cis brasileiro, e nove vezes mais chances de serem violentamente mortas do que as norte-americanas (BENEVIDES, 2018). No gráfico 1, é possível observar a comparação de homicídios entre seis países.

Gráfico 1 – Homicídios de Travestis e Transexuais no Brasil, México, Estados Unidos, Colômbia, Argentina e El Salvador



Fonte: BENEVIDES, 2018, p. 24. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2018

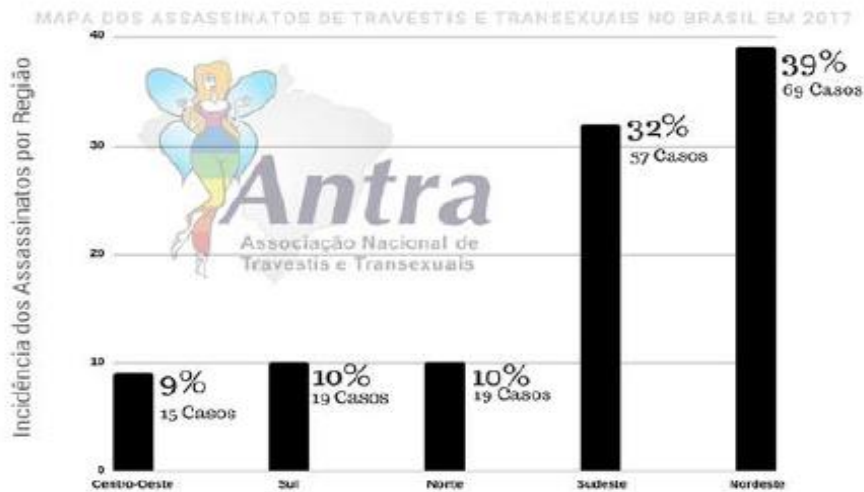
Conforme Benevides, o relatório é um esforço para materializar os dados sobre crimes contra a população Travesti e Transexual, uma vez que, por omissão do Estado, não existem dados oficiais (BENEVIDES, 2018). Apenas a partir de 2008 que inicia essa contabilização do número de homicídios de pessoas travestis e transexuais, por ONGs como o GGB. Em nove anos os homicídios de pessoas trans quase triplicou no Brasil, passando de, aproximadamente, 60 para 179 assassinatos. O gráfico 2 ilustra o número de homicídios contra essa parcela da população entre 2008 e 2017.

Gráfico 2 - Homicídios de pessoas Travestis e Transexuais no Brasil entre 2008 e 2017

Fonte: BENEVIDES, 2018, p. 23. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2018

Dos 179 homicídios cometidos em 2017, o maior número de casos foi nas regiões nordeste e sudeste e ambas totalizaram 71% dos assassinatos no período. As regiões norte e sul concentraram 10%, com a região centro-oeste sendo a que registrou menos crimes desse tipo, ficando em 9%. Esses números podem ser observados no gráfico 3, na qual estão expostas as porcentagens de casos por região em 2017.

Gráfico 3 - Número de homicídios de Travestis e Transexuais no ano de 2017 por região do Brasil



Fonte: BENEVIDES, 2018, p. 16. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em: 20 out. 2018

Benevides (2018, p. 8) pontua que: “O modo como essas mortes ocorrem é sempre muito violento. O assassinato por tiros encabeça a lista de mortes, mas não são um ou dois tiros, é uma execução.” Segundo a autora, dos homicídios ocorridos em 2017, dos quais foi possível identificar a forma como se deu o crime (172), mais da metade (52%) foi por arma de fogo, sendo seguido dos casos com uso de armas brancas (18%), por meio de espancamento (17%) e por outras formas (13%), como a asfixia e/ou estrangulamento. A maioria dos homicídios envolveu uma violência excessiva, denotando o ódio do agressor, ou agressores:

A associação mais comum é com a agressão física, tortura, espancamento e facadas. 85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos. (BENEVIDES, 2018, p. 21)

Para a autora, este quadro de violência se deve ao fato da população trans ser encaixada como subcategoria dentro do recorte social LGBT, sendo, sucessivamente, invisibilizada e, continuamente, colocada: “[...] para fora da possibilidade de disputa nos espaços sociais, que vem sendo historicamente negados [...]” (BENEVIDES, 2018, p.7). Esse quadro é agravado pela ausência de uma legislação que criminalize a LGBTfobia, sendo os crimes de assassinato consequência de uma série de práticas sociais que violam direitos essenciais à esta parcela da população (BENEVIDES, 2018). Uma legislação assim possibilitaria o levantamento real dos dados sobre crimes de assassinato contra a população LGBT, bem como poderia permitir um

combate mais eficaz a esses crimes, que passariam a ser tratados em uma categoria jurídica própria e não mais como comuns, deixando-se de ignorar “[...] o contexto e as violências específicas a que está exposta a população trans [...]” (BENEVIDES, 2018, p.8).

Para Benevides, ações educativas nos espaços públicos e nas famílias são necessárias, com debates em todas as esferas do Estado e da sociedade: “[...] precisamos pensar em prevenção e educação, em campanhas ostensivas e periódicas contra o preconceito, contra o ódio, contra o discurso religioso que nos demoniza, contra aquela ‘liberdade de expressão’ que nos desumaniza [...]” (BENEVIDES, 2018, p.8). Hoje, quando se ouve falar sobre pessoas trans, é sempre algo relacionado à violência, “[...] todos os dias as mesmas histórias, com personagens diferentes [...]” (BENEVIDES, 2018 p.8). Com o tema “Resistir para Existir, Existir para Reagir”, a ANTRA chama a atenção da população brasileira às graves violações de direitos humanos da população trans no Brasil, e afirma que atualmente sua maior luta é por sobrevivência:

O Estado, ao ignorar a existência da população Trans, os males impostos a ela, se omitindo diante dos números, está chancelando a continuidade das violações e assassinatos. O problema se agrava quando, muitas vezes, a mídia ao publicar o nome de registro da vítima ou desrespeitar sua identidade de gênero, comete um duplo assassinato. Isso para não citar as famílias que optam por ser intolerantes, que apagam de vez a existência de [seus]² familiares, ao enterrá-los com nomes e roupas que não os representam (BENEVIDES, 2018, p.7).

Isso é, a população trans tem sua existência negada por um Estado que se omite diante da violência e dos assassinatos. Da mesma maneira, a mídia e as famílias acabam por auxiliar nesse processo, que nega o direito e a legitimidade da existência da população trans, apagando a identidade de gênero dessas pessoas. No caso da mídia, quando uma notícia se refere ao nome de registro e não ao nome social da vítima, apaga-se junto com a existência física a identidade de gênero da pessoa, negando sua existência enquanto travesti ou transexual. Ou seja, trata-se de uma parcela populacional com enorme vulnerabilidade social, que é invisibilizada e oprimida em diferentes níveis, fazendo de sua principal luta o direito pela sobrevivência física e identitária.

Na sociedade brasileira, então, a violência contra pessoas trans é um quadro preocupante e que denota a invisibilização dessa parcela da população. Para compreender melhor esse contexto, é necessário conceituar a violência. Maria Stela Grossi Porto (2002, p. 153) aponta

² Correção de erro de concordância, no texto original está “de suas”.

para: “[...] o fato de a violência ser um fenômeno empírico antes do que um conceito teórico. Retirado diretamente da realidade social que descreve [...]”. Para a autora, a violência envolve diversas: “[...] dimensões que constituem a vida social [...]” (PORTO, 2002, p. 153). Em sociedades fragmentadas, plurais e heterogêneas, a convivência entre diversos sistemas de valores, no âmbito material e simbólico, enseja comportamentos e respostas variadas, entre as quais está a violência (PORTO, 2002). Porto (2002, p. 169) afirma que a violência, no Brasil, não possui uma causa singular, mas é condicionada por diversos fatores: “[...] a violência é um fenômeno plural. [...] São múltiplas as causas das violências presentes na contemporaneidade brasileira [...].” Por fim, a autora destaca que a causa da violência deve ser buscada nos conflitos e rupturas implicados pelos diferentes atores sociais em uma sociedade heterogênea. Ou seja, a violência deve ser pensada como um fenômeno condicionado socialmente, com múltiplas causas e manifestações, variando sua configuração de acordo com o campo social em que o fenômeno se desenrola:

Nesse sentido, é na natureza da organização social e de suas configurações, transformações, continuidades e rupturas que se devem pesquisar as causas da violência. Essas transformações potencializam a fragmentação de valores, configurando um processo de dissolução de normas e de pontos fixos de referência que unificariam o olhar sobre a sociedade. A violência deve, assim, ser identificada de forma múltipla, diferenciada, e não pode ser analisada independentemente do campo social no qual se insere. Se muda a natureza do campo social mudam igualmente as formas de manifestação da violência, decorrendo da ausência de pontos fixos de referência e da possibilidade de existência de múltiplos arranjos societários. (PORTO, 2002, p. 160 e 170)

De acordo com Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori (2008 e 2016), que estudam a violência de gênero contra mulheres, o Estado democrático brasileiro apresenta contradições no alcance do direito a todos. As autoras apontam que:

O quadro brasileiro tem sido considerado paradoxal, porque mistura características democráticas e autoritárias: os direitos políticos são respeitados, porém, ‘os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc. não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais, ou obter dos órgãos do Estado serviços aos quais têm direito, ou estar a salvo da violência policial – e mais um extenso etc.’ (Idem, p. 134). Mistura essa que tende a ser vista como resultante de uma espécie de truncamento do exercício pleno da cidadania, que é qualificado com expressões como “cidadania contraditória” (Santos, 1999) ou “cidadania regulada” (Santos, 1979). Sem negar a especificidade brasileira, devemos, no entanto, reconhecer que é difícil hoje encontrar uma sociedade democrática que não seja palco de polêmicas sobre como as instituições públicas deveriam melhorar a capacidade de reconhecerem as identidades das minorias que as compõem. (DEBERT E GREGORI, 2008, p. 167)

Ou seja, a heterogeneidade das sociedades democráticas, as disputas políticas que a mesma ocasiona e as assimetrias de poder levam à exclusão de certos atores sociais ao acesso pleno à cidadania. O caso do Brasil se destaca pois Debert e Gregori descrevem a democracia

brasileira como paradoxal, misturando direitos políticos democráticos e características autoritárias, ao negar a cidadania plena a pessoas em função de sua classe social, raça, cultura, seu modo de vida ou gênero. Dentre essas, é possível incluir as pessoas trans: “[...] mulheres, negros, índios, homossexuais, transexuais, transgêneros [...] vivem em meio a relações em que as identidades vão sendo criadas num processo permanente de espelhamento e contraste.” (DEBERT E GREGORI, 2008, p. 179). Conforme as autoras, estes contrastes de identidades trazem à tona pontos como o ódio e a intolerância, o qual deve ser combatido pelo: “[...] reconhecimento público (e privado) de que vivemos numa arena de disputas, composta por variados objetos e posições de poder.” (DEBERT E GREGORI, 2008, p. 179). O contexto de desigualdade de acesso aos direitos reflete em práticas sociais, entre as quais está a violência. Segundo as autoras, a violência de gênero está: “[...] marcada pela assimetria sexual e de gênero.” (DEBERT E GREGORI, 2016, p. 1). No entanto, as autoras ressaltam que, ao se refletir sobre a violência de gênero, não se deve apartá-la de sua realidade social e de outros fatores que podem condicioná-la, como classe social, raça, cultura, nacionalidade e orientação sexual (DEBERT E GREGORI, 2008).

De acordo com Daniel Borrillo (2012, p. 13), que escreve um livro dedicado à análise do fenômeno da homofobia, esta pode ser caracterizada como: “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal [...], ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos.” Conforme o autor, a homossexualidade mantém um *status* inferior à heterossexualidade em uma relação hierárquica entre sexualidades, com aquela sendo considerada um “desvio” do padrão e está situada: “[...] no plano do natural, do que é evidente.” (BORRILLO, 2010, p. 15). Cria-se, então, um regime de sexualidades, com a heterossexualidade assumindo uma condição de referência para a expressão da sexualidade do indivíduo:

Sexismo e [homofobia]³ aparecem, portanto, como componentes necessários do regime binário das sexualidades. A divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo da reprodução biológica da espécie. A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo), quanto de gênero (masculino/feminino). Eis por que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade... (BORRILLO, 2010, p. 16 - Modificado)

³ Correção de erro de digitação do tradutor, no texto original estava “homofonia”.

Ou seja, a homofobia não se limita à aversão aos indivíduos que fogem da norma heterossexual, mas qualquer um que fuja dos padrões binários de gênero e sexualidade. A quebra da heteronormatividade implica uma reação violenta: a violência homofóbica. Essa violência atinge a todos que não se enquadram nesse sistema binário, como as pessoas transexuais. Portanto, a violência contra pessoas trans pode ser entendida como violência de gênero, que envolve não só uma resposta à quebra da matriz binária “homem” e “mulher”, mas, também, à contravenção das normas heterossexuais da sociedade.

Butler (2011) aprofunda a reflexão acerca da violência que se abate às pessoas consideradas abjetas pela sociedade. Para isso, parte da noção de “rostos” proposta por Emmanuel Levinas. Segundo a autora, Levinas propõe que o “rostos” humaniza e tem como significado o mandamento do Velho Testamento: “não matarás”. Com isso, há um conflito ético, pois o “rostos do Outro” desperta a pessoa para o que é precário e traz a pulsão de matar contrabalançada pelo mandamento bíblico:

Há temor sobre sua própria sobrevivência e há ansiedade em razão da possibilidade de se machucar o Outro e esses dois impulsos estão em guerra, como dois irmãos gêmeos a lutar. No entanto, estão em guerra a fim de não ter que lutar e esse parece ser o ponto importante, pois a não violência que Levinas parece promover não advém de um lugar pacífico; no entanto, pelo contrário, surge de uma constante tensão entre o medo de ser submetido à violência e ser obrigado a infligir violência. Eu poderia colocar um fim ao medo de minha própria morte simplesmente obliterando o outro, muito embora isso fizesse com que fosse obrigado a continuar destruindo (...). (BUTLER, 2011, p. 21)

Portanto, a disputa em relação ao desejo e a interdição da violência contra o “Outro” surge da própria ameaça que este “Outro” implica ao “eu”. No entanto, quando o “Outro” é desumanizado, a interdição imposta pelo “rostos” deixa de atuar, e a pulsão violenta busca justificativas para se concretizar:

Um exemplo dessa forma de “captura” ocorre quando o mal é personificado por meio do rostos. Certa comensurabilidade é declarada entre o mal ostensivo e o rostos. Esse rostos é maligno, e o mal que o rostos é se estende ao mal que pertence aos humanos em geral, mal generalizado. Nós personificamos o mal ou o triunfo militar por meio de um rostos que deve supostamente ser, capturar, conter a própria ideia que ele representa. Nesse caso, não podemos escutar o rostos através do rostos. O rostos aqui mascara os sons do sofrimento humano e a proximidade que poderíamos ter da própria precariedade da vida. (BUTLER, 2011, p. 27)

A personificação do mal pelo “rostos” traz a desumanização da pessoa, ocultando seu sofrimento e despertando a implicação moral de se conter o que este “rostos” significa e a subversão que representa às normas culturais e sociais da sociedade em que se vive. Uma vez que a precariedade da vida do “Outro”, representada pelo seu “rostos”, desperta no “eu” a

desumanização: “[...] esse é o rosto que somos convocados a matar, como se livrando o mundo desse rosto nos faria voltar ao humano em vez de consumir nossa própria inumanidade.” (BUTLER, 2011, p. 32). Ou seja, é possível associar o que Butler traz acerca do “rosto do Outro” com a violência praticada contra pessoas trans, pois ao quebrarem as normas binárias e heterossexuais da sociedade, passam a ser representadas como ameaças à existência dos que se enquadram nessas normas.

Esse ponto pode ser desenvolvido a partir das considerações de Mário de Carvalho Leony (2018) acerca da transfobia:

Derivada do termo latino *trans*, que quer dizer “além, através”, e *probikos* que significa “ter medo de e/ou aversão a”, a palavra “transfobia” representa não apenas o medo, mas a opressão baseada na identidade de gênero do indivíduo. Tal expressão inclui preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência originados por esse medo e ódio. (...) Tais delitos de ódio são inspirados pela ideologia cisnormativa e cissexista que reputa as pessoas transgêneras como minorias desprezíveis e desprezadas, ainda mais vitimizadas quando seu gênero é predominantemente feminino, vistas como alvo fácil de chantagens e agressões. (LEONY, 2018, p. 92 e 93)

Ou seja, Leony destaca que a transfobia advém do medo e do ódio que a identidade de gênero de pessoas transgêneras desperta, ao romper com as normas binárias de gênero e da heterossexualidade. Além disso, o autor destaca que mulheres transexuais estão mais expostas a serem alvos de violência.

Em função desse quadro de maior violência contra mulheres transexuais, Berenice Bento (2014, Sem paginação) propõe que se use o conceito de “transfemicídio”: “[...] reforçando que a motivação da violência advém do gênero.” Para caracterizar o transfemicídio, Bento propõe seis características:

- 1) O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer "eu sou mulher", é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfemicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente.
- 2) A morte ritualizada. Não basta um tiro fatal, ou uma facada precisa ou um atropelamento definitivo. Os corpos são mutilados por dezenas de facadas, por inúmeros tiros. Os corpos são desmembrados pelo peso do carro que o atropela várias vezes.
- 3) Ausência de processos criminais. Considerando que se trata de uma absoluta impunidade, pode-se inferir que há um desejo social de eliminação da existência trans com a conivência do Estado brasileiro.
- 4) As famílias das pessoas trans raramente reclamam os corpos. Não existe luto nem melancolia.
- 5) Suas identidades de gênero não são respeitadas no noticiário da morte, na preparação do corpo e no registro da morte. A pessoa assassinada retorna ao gênero

imposto, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais.

6) As mortes acontecem em espaços públicos, principalmente nas ruas desertas e à noite. (BENTO, 2014, Sem paginação)

Neste capítulo, foram discutidos conceitos que guiam a análise. Os conceitos de gênero e de identidade de gênero permitem classificar os homicídios contra pessoas trans como violência de gênero, motivada pela contravenção ao sistema heterossexual e binário que normatiza a sociedade. Também foram discutidos e apresentados dados sobre os homicídios de pessoas trans no Brasil, ao longo do ano de 2017, além da discussão realizada acerca do conceito de violência e de como os crimes contra as pessoas trans podem ser classificados como crimes de ódio. Para isso, o conceito de transfobia deve ser utilizado, assim como o de transfeminicídio, em busca de um enquadramento jurídico desse tipo de homicídio. No próximo capítulo, são discutidas as noções de Representações Sociais e Representações Sociais da Violência.

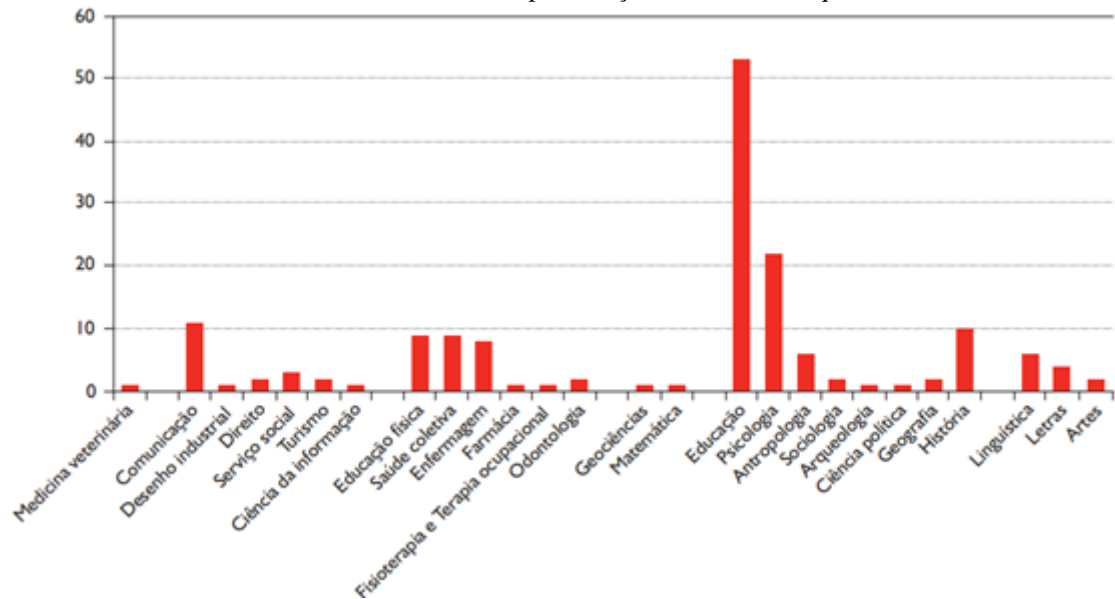
3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA

Neste capítulo, o objetivo é discutir o conceito de Representações Sociais (RS) e como ele se aplica ao estudo desenvolvido neste trabalho. O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, é realizada uma abordagem acerca da construção do conceito de RS e de sua definição. A segunda seção é dedicada à exposição da noção de Representações Sociais da Violência (RSV) focando nas contribuições e possibilidades que ela apresenta para a análise do objeto de pesquisa: representações sobre os homicídios de pessoas trans nos canais eletrônicos de mídia.

3.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O atual conceito de RS tem raízes na sociologia clássica, especificamente nas obras de um dos fundadores da sociologia francesa: Émile Durkheim. O conceito de “representações coletivas”, formulado por Durkheim, seria, depois, retomado por outros autores contemporâneos e modificado. Atualmente, os pesquisadores que se valem desse conceito nas suas pesquisas, são de diversas áreas, como a psicologia social, a história, profissionais da educação e da sociologia.

Análises sobre o estado da arte da produção do conceito de RS foram feitas por autores como Martins, Carvalho e Antunes-Rocha (2014), que analisou os grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Averiguando os grupos que tinham como palavras “representação social” e “representações sociais”, ou seja, as assim chamadas Teorias das Representações Sociais (TRS), os autores chegaram ao número de 172 grupos dedicados à temática. O gráfico 4 abaixo mostra quais são as áreas de conhecimento que se ocupam dessa perspectiva.

Gráfico 4 – Áreas de conhecimento e teorias de representação social no CNPq

Fonte: MARTINS, CARVALHO E ANTUNES-ROCHA, 2014.

No gráfico acima, as áreas da Educação e Psicologia são as principais responsáveis por terem, formalmente, grupos de pesquisa sobre a temática das RS no país. Isso justifica ainda mais a presente pesquisa, visto que as ciências sociais não possuem, ao menos formalmente, organizações formais dedicadas a análise dessa temática.

Mesmo que de áreas distintas, os autores que trabalham com a temática lembram que a produção sobre representações sociais tem aumentado. Mais do que discutir tudo o que foi escrito sobre esse campo de estudos, na seção seguinte são apresentadas as origens do conceito, em especial, focando no trabalho de Durkheim.

3.1.1 O conceito de representações coletivas

Durkheim é considerado um dos fundadores da sociologia enquanto campo de investigação, e, igualmente, é visto como um dos clássicos das Ciências Sociais. A obra do autor versa sobre temas variados, como o suicídio, a religião, o trabalho, o crime, a moral, o direito. Ao longo da sua vasta produção teórica, Durkheim estabeleceu as diretrizes para a forma que os fenômenos sociais deveriam ser analisados pelos pesquisadores. Em *As regras do método sociológico*, o autor estabeleceu que os sociólogos teriam que analisar os fatos sociais como “coisas”. No meio dessa vasta produção, Durkheim utilizou o conceito de “representações coletivas”, o qual é a base para a noção de RS.

De acordo com Márcio de Oliveira, o conceito de representações coletivas perpassa várias das obras de Durkheim. Oliveira passa a limpo todas as publicações do autor e mostra como o termo evoluiu no pensamento do sociólogo francês, ganhando destaque nas suas últimas publicações, em especial no livro *As Formas Elementares da vida religiosa*. Esse conceito seria tão importante na obra do fundador da sociologia francesa, que:

O conceito de representações coletivas é central em Durkheim. Em termos teóricos, mantém semelhanças com o conceito de fato social. Contudo, é menos imperioso e coercitivo que o último, já que é forjado no cotidiano das interações sociais. Mas, como o primeiro, ele também é coletivo, exterior e objetivo. (OLIVEIRA, 2012, p. 71)

Conforme as ponderações do autor, é possível observar que a temática foi objeto central no pensamento de Durkheim. Oliveira também demonstra que o conceito guarda semelhanças com os “fatos sociais”, que são por excelência os objetos da sociologia de Durkheim. Se o conceito é tão importante na obra de Durkheim, deve-se perguntar o que o autor quis dizer com representações coletivas. Nesse ponto, Oliveira e Fernando Pinheiro Filho lembram que o conceito de representações coletivas é uma mudança em termos do conceito de consciência coletiva. De acordo com esses autores, existe uma evolução da noção de consciência coletiva (que já apareceria no clássico *Sobre a Divisão do Trabalho*), para a versão final do conceito de representações coletivas.

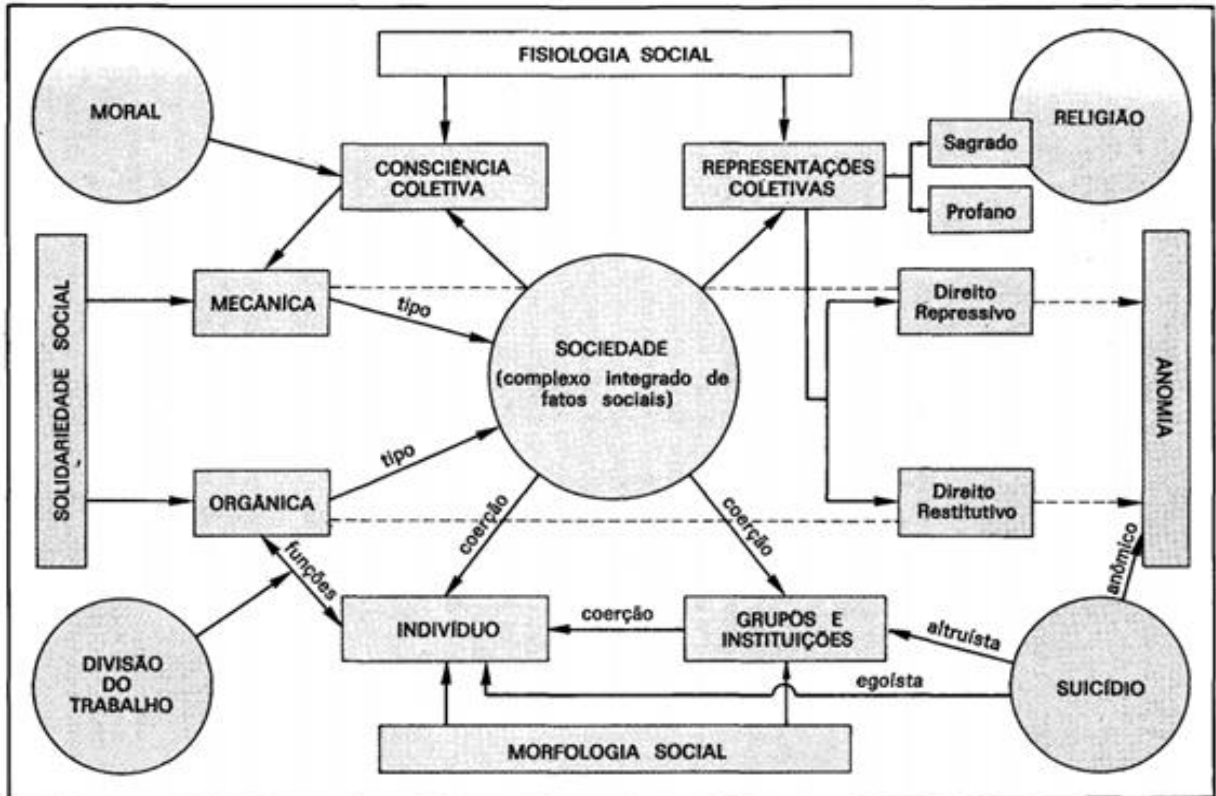
Assim, a questão é: o que de fato é o conceito de representações coletivas? A resposta demandaria um inventário de toda a obra do sociólogo francês. Autores, como Oliveira, concentraram-se em mostrar as mudanças desse conceito, enquanto outros, como Pinheiro Filho, buscaram investigar as raízes filosóficas do conceito e dos próprios fundamentos epistemológicos da sociologia Durkheimiana. A resposta à questão proposta deve ser, inicialmente, pensada a partir da própria sociologia de Durkheim.

Os manuais de sociologia são claros em demonstrar que Durkheim esforçou-se em definir o objeto da sociologia como os fatos sociais. O autor é, igualmente, lembrado pelo seu caráter conservador, por pensar a própria sociedade como um organismo biológico, mas mais do que isso dedicou boa parte da sua obra em separar os fenômenos sociais dos individuais, e é essa a distinção que fundamentaria o conceito de representações coletivas.

Ao longo da sua obra, Durkheim estabeleceu conceitos que serviriam para pensar a sociedade e explicar o papel que ela teria em comportamentos vistos, na época, como motivados por causas, puramente, individuais. Assim, por exemplo, o suicídio, na obra do pensador, não

seria apenas explicado por fatores individuais (ou psicológicos), mas, sobretudo, por causas sociais. Alguns dos conceitos e temas tratados por Durkheim podem ser observados na figura 4:

Figura 4 – Temas e conceitos da sociologia durkheimiana



Fonte: RODRIGUES, 2000, p. 31.

Como é possível observar na figura acima, o conceito de representações coletivas está relacionado à forma de ver o mundo, em especial ao discurso (representação) religioso. As representações coletivas produzidas pela religião operam na separação entre o sagrado e o profano. A figura acima ilustra que, na obra de Durkheim, é a sociedade que produz as representações, e não os indivíduos. Afinal de contas, a sociedade não é a soma dos indivíduos, ela é algo em si, em outras palavras, ela é *sui generis*.

As representações coletivas são, então, formas de se “representar” o mundo. Elas são produzidas pela sociedade, e não pela soma das “representações” individuais. Essas representações coletivas informam os indivíduos sobre o que é o mundo, podendo ser: “[...] mitos, lendas populares, tradições, concepções religiosas e crenças morais. Todos eles exprimem realidades que não podem ser deduzidas ou reduzidas à esfera individual” (OLIVEIRA, 2012, p. 81). Em síntese, essa temática que perpassa a vasta obra de Durkheim seria:

[...] as representações coletivas têm efetivamente origem nas formas de organização social e, concretamente, nas práticas sociais. Além de ser uma forma através da qual o grupo “enxerga a si mesmo e ao mundo que o afeta”, as representações estão inscritas no cotidiano e na história das ações sociais. “Não simplesmente nossa noção de classificação têm uma história, mas essa própria história supõe uma pré-história considerável” (Durkheim; Mauss, 1902, p. 2). Forte dessa posição, Durkheim estava pronto para escrever seu grande livro, no qual as principais teses sobre as representações e as práticas religiosas seriam retomadas. (OLIVEIRA, 2012, p. 85)

Como se observa, o conceito de representações coletivas diz respeito à forma que a sociedade representa as coisas. Essa representação é produzida pela sociedade e influencia o comportamento dos indivíduos. É importante ressaltar que a sociologia Durkheimiana é geralmente lembrada pelo fato de se pensar a sociedade como um todo coeso, no qual os conflitos tendem a ser negligenciados ou vistos como patologias ou anomias. Assim, as representações coletivas não são vistas no seu caráter dinâmico ou como existindo diferentes tipos de “representações” sobre o mesmo objeto.

3.1.2 As Representações Sociais em Moscovici

Desde que Durkheim apresentou o conceito, muito se passou na sociologia. Novos temas de pesquisa e várias outras perspectivas teóricas dominaram as agendas de estudo da disciplina. O conceito de representações coletivas foi, posteriormente, reformulado por Serge Moscovici, um psicólogo social, dando início assim ao que ficou conhecido como as Teorias da Representação Social (TRS).

Moscovici é um romeno naturalizado francês. As suas primeiras publicações datam da década de 1950, época em que o pesquisador apresentou o seu doutoramento já tendo como tema as RS. Na sua pesquisa de doutorado, desenvolvida nos anos 1950 e publicada em 1961, Moscovici buscou observar como os franceses percebiam (representavam) a psicanálise. O autor coloca, assim, que existem diferenças entre as formas que os grupos percebem o que seria a psicanálise. Pesquisadores que seguem os fundamentos da teoria de Moscovici reconhecem a importância que o conceito de representações coletivas de Durkheim teve sobre o pensamento de Moscovici. Assim, o próprio autor retomaria o debate com o sociólogo francês na publicação dos seus primeiros trabalhos (ARRUDA, 2002; OLIVEIRA, 2004). De acordo com Oliveira, nesse texto, Moscovici já opera com uma distinção em relação ao conceito formulado por Durkheim.

Na prática, o debate e a linha de pesquisa que derivam dos trabalhos de Moscovici partem de uma outra definição de RS. Essa nova proposta é mais dinâmica e influenciada tanto pela interação dos grupos quanto dos indivíduos. De acordo com o autor:

[...] as representações sociais são conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum, são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, construídas nas relações estabelecidas entre sujeitos ou através das interações grupais [...]. (MOSCOVICI, 2003, p. 48)

O conceito de representações sociais na obra de Moscovici guarda relações com o próprio debate sobre gênero e o movimento feminista. Angela Arruda lembra que ambas teorias se apresentaram nos anos 1960, e em pauta temas que eram negligenciados ou vistos como menos importantes pela sociedade. No caso de Moscovici, na época da sua publicação, o conhecimento chamado de “senso comum” era visto como menor e de pouca importância. O autor colocaria assim esse tipo de conhecimento, como apenas mais uma forma de se pensar (representar) o mundo. Arruda ainda lembra que:

A representação social seria uma forma de conhecer típica dessas sociedades, cuja velocidade vertiginosa da informação obriga a um processamento constante do novo, que não abre espaço nem tempo para a cristalização de tradições, processamento que se esteia no olhar de quem vê. A representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel. (ARRUDA, 2002, p. 134).

Portanto, a ênfase de quem trabalha com o conceito do autor é de que as representações sociais são dinâmicas. Elas se transformam, ou seja, dependem da relação que os indivíduos têm com a sociedade. Isso vai ao encontro do que o próprio Moscovici defendia, pois o pesquisador pensava uma psicologia social mais próxima das Ciências Sociais.

3.1.3 A teoria das representações como agenda de pesquisa

Como apresentado acima, o conceito de representações sociais tem suas raízes no pensamento de Durkheim, como reconhecido pelos autores que trabalham com essa perspectiva, inclusive pelo próprio Moscovici que formulou esse campo de estudos a partir da publicação do seu livro em 1961. Desde então, um conjunto de pesquisas foi realizado e, no Brasil, temos inúmeras publicações em periódicos das mais diversas áreas, com a temática e mesmo a organização de coletâneas de livros. Pesquisadores da temática afirmam que a TRS se desdobra em pelo menos três vertentes, sendo elas:

[...] uma mais fiel à teoria original e associada a uma perspectiva antropológica, liderada por Denise Jodelet, em Paris; uma outra que articula a teoria original com uma perspectiva mais sociológica, proposta por Willem Doise, em Genebra; e uma que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, chamada Teoria do Núcleo Central, e que tem em Jean-Claude Abric seu principal representante. (LIMA E MACHADO, 2010, p. 204)

Nesse sentido, seria interessante comparar as três vertentes teóricas das TRS, com o intuito de se perceber como os conceitos se articulam e quais são as metodologias mobilizadas nessas perspectivas. No entanto, o objetivo aqui é apresentar alguns objetos de estudo que fazem parte da corrente da TRS, e não levantar tudo o que foi escrito sobre tal. Mesmo que autores, como Oliveira, apontem para os aspectos sociológicos do conceito de RS, podemos observar que vários aspectos da vida social estão presentes nessas pesquisas. No entanto, elas não são necessariamente trabalhos que tenham preocupações sociológicas (OLIVEIRA, 2011).

Na área da educação, existem trabalhos que buscam analisar as RS dos estudantes (LIMA E MACHADO, 2010) ou mesmo como os professores percebem a violência intrafamiliar entre os estudantes (ALMEIDA, SANTOS E ROSSI, 2004). Andreza Maria de Lima e Laêda Bezerra Machado, por exemplo, buscaram investigar como os professores da Rede Municipal de Ensino do Recife/PE enxergam os “bons alunos”. As pesquisadoras utilizaram uma metodologia qualitativa, aplicando entrevistas com professoras, fazendo posteriormente a análise de conteúdo com as respostas das educadoras. Os resultados da pesquisa indicam que as professoras pensam que um “bom aluno” deve ter como característica o fato de ser “interessado”. Essa característica é o núcleo da representação que as profissionais têm sobre a categoria “bom aluno”: “Este é, portanto, o componente que determina, ao mesmo tempo, a significação e organização interna dessas representações.” (LIMA E MACHADO, 2010, p. 211).

No campo da educação, várias outras pesquisas foram realizadas com o intuito de se perceber as RS dos professores sobre diversos temas. Autoras como Nilma Margarida de Castro Crusoé (2004) defendem o uso da teoria para o entendimento dos processos relacionados aos ambientes de ensino. De acordo com a pesquisadora:

[...] ressaltamos que o fato da teoria das representações sociais considerar o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro, permite explicar determinadas práticas nas escolas, na medida em que, identificar as representações dos professores e alunos em relação a um determinado objeto pode nos ajudar a compreender algumas questões de sala de aula [...]. (CRUSOÉ, 2004, p.113)

As ponderações da professora vão ao encontro do que autores como o próprio Moscovici e Durkheim (guardada as diferenças entre os autores), diziam. As representações coletivas do sociólogo francês influenciam teoricamente o comportamento dos indivíduos. No caso de Moscovici, as representações sociais não só podem influenciar os ambientes em que são produzidas, bem como elas são dinâmicas e variam de grupo para grupo, influenciando indivíduos e grupos de maneiras distintas. Essas ponderações, sobre os possíveis benefícios de se usar essa metodologia e teoria, mostram que: “[...] o conceito de representações coletivas é, ao mesmo tempo, forma de conhecimento e guia para as ações sociais, justamente os sentidos mais desenvolvidos por toda a corrente da Psicologia Social, desenvolvida e liderada por Serge Moscovici” (OLIVEIRA, 2012, p. 71).”

Denise Jodelet (1993) analisa o desenvolvimento da TRS, demonstrando a expansão da utilização do conceito e de suas possibilidades analíticas. Conforme Jodelet, a experiência do ser humano no mundo e as relações sociais engendram a construção de representações acerca da realidade. O conceito de RS torna possível a análise de fenômenos das relações sociais, como os discursos criados e as formas de interpretar o mundo que implicam em condutas perante uma representação criada socialmente, seja de uma pessoa, seja de um objeto, seja de uma situação. Para a autora:

Com as representações sociais tratamos fenômenos diretamente observáveis ou reconstruídos por um trabalho científico. [...].
A observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais. (JODELET, 1993, p. 1)

Portanto, as RS tratam tanto do que pode ser observado pela empiria quanto do que vem à tona no discurso científico, estando presente de diversas formas no mundo social. A linguagem e as imagens, cotidianas ou veiculadas pela mídia, fazem com que as RS circulem e impliquem na conformação de comportamentos e ações frente ao que é representado do mundo social. Isto é, servem como orientação de conduta dentro do espectro social. Para exemplificar, Jodelet recorre ao exemplo dos discursos criados sobre a AIDS. A doença, antes de ser conformado um discurso científico acerca dela, circulava em discursos com conteúdos morais e sociais, assim como biológicos. As duas explicações para a doença tiveram: “uma incidência evidente sobre os comportamentos, nas relações íntimas ou face-a-face das pessoas alcançadas pela doença.” (JODELET, 1993, p. 2). Enquanto na explicação moral e social era ressaltada a característica de “uma doença-punição” (JODELET, 1993, p. 2), a qual tinha como alvo pessoas

com práticas sexuais consideradas imorais, como no caso da homossexualidade, implicando na marginalização dos portadores da doença. Na explicação biológica, criou-se a crença de que a AIDS, uma vez que era transmitida pelo sangue e espermatozoides, tinha o suor e a saliva também como vetores de contágio, ensejando uma conduta de evitar o contato direto com pessoas infectadas. A partir do exemplo da AIDS, é possível observar que as RS criadas acerca da doença implicaram na forma como um elemento novo foi inserido nas relações sociais, ou seja, as RS agem sobre a vida social ao mesmo tempo em que são criadas por essa (JODELET, 1993, p. 2-4).

As RS, então, possuem muitas características e relações que as tornam fenômenos complexos. Em função disso, Jodelet afirma que essas juntam-se, inter-relacionam-se e impactam sobre as relações sociais. Ou seja, as RS dizem respeito à realidade experienciada e conceituada pelo humano. A tarefa do discurso científico é interpretar, analisar e expor as lógicas e implicações sociais dessas representações:

Como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. Por esta razão, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a aproximação da vida mental individual e coletiva. Deste ponto de vista, as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. Ou seja, está-se interessado em uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte, os processos, e constituído, os produtos ou conteúdos. Modalidade de pensamento que tem sua especificidade em seu caráter social. (JODELET, 1993, p. 5)

No trecho destacado, as RS são consideradas processos de cognição da realidade pelo indivíduo, os quais despertam reações internas e individuais condicionadas por normas e práticas instituídas coletivamente. A realidade exterior é apropriada, elaborada internamente e comunicada socialmente. São criadas representações coletivas da realidade que têm impactos sobre esta, moldando discursos, comportamentos e ações do indivíduo frente a um determinado objeto real, imaginário ou mítico (pessoa, coisa, evento, ideia). Segundo a autora, a representação: “sempre requer um objeto” (JODELET, 1993, p. 5). Como é criada pelo indivíduo, a representação será marcada pela ação e particularidade de cada pensamento, o que: “remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito.” (JODELET, 1993, p. 5).

Jodelet ressalta que o campo de pesquisa em torno das RS ganhou vitalidade, com o uso do conceito se estendendo a diversas áreas das ciências humanas, como a sociologia, a

psicologia social e a história. Além disso, a noção é caracterizada pela sua transversalidade, podendo ser aplicada a diversos fenômenos observáveis no mundo social, como, por exemplo, condutas religiosas e políticas. Por fim, a autora argumenta que a noção de RS é complexa tanto na sua definição quanto na operacionalização da análise a partir desse conceito:

[...] as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm. (JODELET, 1993, p. 8)

Isto é, as RS envolvem tanto um processo individual e interno de apreensão e conceituação do mundo pelo indivíduo, como um processo externo de comunicação e ação sobre a realidade. A representação tem uma relação simbólica (toma o lugar) e interpretativa (confere significado) com o objeto que é representado pelo indivíduo. As RS integram este processo de cognição individual com as relações de pertencimento cultural e social a um determinado grupo, permitindo analisar: “[...] a atividade mental de um grupo ou de uma coletividade, ou considerar esta atividade como o efeito de processos ideológicos que atravessam o indivíduo.” (JODELET, 1993, p. 9). Para a análise, também é necessário lembrar que a representação constitui-se como uma forma de conhecimento sobre o mundo, que produz discursos variados sobre ele, pautados no senso comum, na narrativa mítica ou explicação científica. Esses discursos entram em um processo de disputas originando novas representações do objeto ou reforçando as antigas (JODELET, 1993).

A comunicação tem um importante papel na dinâmica das RS, uma vez que: “[...] aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento social.” (JODELET, 1993, p. 12). Por meio da comunicação, é transmitida a linguagem e, junto dela, as representações, auxiliando a formar RS que têm impacto e pertinência sobre um grupo social, inaugurando: “[...] as versões de realidade, comuns e partilhadas.” (JODELET, 1993, p. 13). Segundo Jodelet, essas versões partilhadas da realidade contribuem para criação e reforço de uma identidade e da ligação social entre os membros do grupo. Isto é: “[...] a representação preenche algumas funções de manutenção da identidade social e de equilíbrio sócio-cognitivo, os quais se encontram ligados.” (JODELET, 1993, p. 15). Ao representar um objeto, o indivíduo acaba criando um hiato entre a representação e o representado. Conforme a autora, esse hiato implica em três efeitos sobre o conteúdo da representação: distorção (atributos do objeto são acentuados ou atenuados), suplementação (atributos que não pertencem ao objeto são atribuídos a ele) e desfalque (atributos do objeto são suprimidos) (JODELET, 1993).

Para Jodelet (1993, p. 17-18), no conteúdo das representações, os fenômenos cognitivos podem ser observados em conjunto com os condicionadores sociais e culturais destes fenômenos: “O conteúdo é tratado, seja como campo estruturado, seja como núcleo estruturante.” Na análise do conteúdo “como campo estruturado”, são articulados pontos que constituem as representações (valores, crenças, ideologia, elementos culturais, entre outros) com o: “[...] que estrutura os campos de representação: organizadores sócio-culturais, atitudes, modelos normativos ou ainda esquemas cognitivos.” (JODELET, 1993, p. 18). O conteúdo também é “núcleo estruturante” da representação e da ação social que engendra. Dois aspectos são considerados como parte da cristalização de sistemas de representação. Primeiro, há a objetivação composta de três momentos: “[...] ‘construção seletiva - esquematização estruturante - naturalização’ [...]” (JODELET, 1993, p. 18). Conforme Jodelet, nos dois primeiros momentos atuam a comunicação e os condicionamentos sociais da representação. No terceiro momento atua a ancoragem:

De um lado, a ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência. Mas, neste nível, a ancoragem tem um papel decisivo essencialmente naquilo que realiza sua inserção no sistema de acolhimento nocional, um já pensado. (...)
De outro lado, a ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para interpretação e gestão do ambiente, e então se situa em continuidade com a objetivação. A “naturalização” das noções lhes dá valor de realidades concretas diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros. Além disso, a estrutura imaginante da representação torna-se guia de leitura e, por "generalização funcional", teoria de referência para compreender a realidade. (JODELET, 1993, p. 18-19)

A ancoragem, portanto, relaciona-se à objetivação à medida em que é responsável pela cristalização das representações no mundo social. Nesse caso, cria-se um “núcleo estruturante”, a partir do conteúdo da representação, o qual condiciona os comportamentos e discursos acerca da realidade do objeto representado.

Porto (2006) utiliza o conceito de RS para entender o fenômeno da violência na sociedade contemporânea. Porto afirma que a urgência de entender e explicar o mundo é inerente a todos os indivíduos, bem como a necessidade de se situar e se justificar dentro dele. Produzindo um conhecimento condicionado à sua inserção social, cada indivíduo expressa sua visão de mundo por representações da realidade experienciada (PORTO, 2006). Para a autora, a noção permite analisar condutas pela identificação das relações sociais, como valores de um grupo, que conformam as reações perante um determinado objeto do mundo social.

Porto entende como representações sociais blocos articulados de sentido que estão em sintonia ou em oposição uns aos outros, vinculando, desta forma, uma rede de significações, as quais permitem avançar na compreensão do fenômeno social analisado. Partindo desse conhecimento, entende-se que: “[...] indivíduo e sociedade configuram uma relação de mútua dependência [...]” (PORTO, 2006, p.255) e que o indivíduo não é meramente um consumidor dos conteúdos, mas, antes disso, um ator que auxilia na construção dos significados, ainda que de forma limitada, visto que participa como sujeito agindo, escolhendo e decidindo dentro da função que lhe cabe (PORTO, 2006). De acordo com a autora, essa compreensão gera um conhecimento que pode ser categorizado como de segundo grau, porque ele é obtido: “[...] interrogando a realidade através do que se pensa sobre ela [...]” (PORTO, 2006, p. 254). Porto (2002) resume da seguinte forma as possibilidades analíticas da categoria de RS:

Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se a categoria de representações sociais, significa assumir que (a) embora resultado da experiência individual, as representações sociais são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos e dos grupos de indivíduos que as produzem; (b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, por sua condição de representação social, participam também da constituição desses mesmos fenômenos; (c) em decorrência, no exposto em “b” apresentam-se como máximas orientadoras de condutas; (d) que existe conexão de sentido entre os fenômenos e suas representações sociais que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria prima do fazer sociológico. (PORTO, 2002, p. 156-157)

A noção de RS, então, articula a experiência da realidade vivida pelo indivíduo, a qual adquire significados pela inserção deste indivíduo em um mundo social, no qual o grupo compartilha condutas frente a um determinado objeto. Essas explicações, referentes à realidade experienciada e ao objeto representado, atuam na constituição do objeto, condicionando ações e comportamentos. Com isso, fenômenos sociais e representações estão intrinsecamente conectados, e a noção de RS permite explorar a relação entre realidade e sua interpretação dentro de um grupo social, sendo profícua para o objetivo de identificar as RS e como elas atuam na conformação da relação do grupo com o objeto. Essa gama de relações complexas e de seus impactos na vida social são parte do trabalho sociológico.

Outro ponto destacado por Porto (2006) é a disputa entre as representações em uma sociedade plural. No conflito entre interpretações e relações diferentes quanto ao objeto representado, surge a disputa por hegemonia entre as RS:

(...) as representações sociais são passíveis de distinções, em função dos múltiplos pertencimentos socioeconômicos e culturais nos quais os indivíduos e/ou grupos de indivíduos se inserem. Um outro exemplo poderia vir em suporte da argumentação: a

desigualdade socioeconômica, por um lado, o caráter hierárquico em termos sociais e valorativos, por outro, pode fazer das diferenças sociais sinônimo de inferioridade e transformar o diferente em alvo potencial e/ou real de discriminação. (PORTO, 2006, p. 264)

Ou seja, os indivíduos e os grupos inseridos em sociedades plurais constroem diferentes representações dos mesmos objetos, de acordo com a realidade social, econômica e cultural que compartilham. Em função da desigualdade social presente nessas sociedades, que estabelecem uma hierarquia social entre indivíduos e grupos, as representações são hierarquizadas e modos de pensar e agir marginalizados dentro da sociedade. De acordo com Porto (2006, p. 268), uma vez que as RS orientam práticas e condutas frente ao objeto representado, aquelas: “[...] são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem justificar e orientar políticas públicas.” Isto é, as RS podem ser institucionalizadas pela sociedade, direcionando políticas a partir da representação.

3.2 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA

Como o objetivo deste trabalho é analisar as representações de homicídios de pessoas trans em portais eletrônicos de canais de mídia, torna-se necessário refletir sobre as formas como a violência é representada. Para desenvolver a análise nesse sentido, é utilizada a abordagem de Representações Sociais da Violência (RSV) proposta por Maria Stela Grossi Porto. Conforme a autora, é possível avançar na compreensão da violência como um objeto empírico a partir do conceito de RS. Porto propõe que as RSV permitem compreender como o fenômeno da violência é condicionado socialmente: “[...] ao invés de centrar a análise nos dados brutos da violência, interroga(m)-se o(s) imaginário(s) construído(s) sobre a violência.” (PORTO, 2006, p. 254). Essa forma de análise pressupõe a relação entre pesquisador e objeto real, do qual o conhecimento depende da construção do problema sociológico. Tratar a violência como objeto de estudo, a partir das RS, possibilita entender o: “[...] fenômeno da violência contemporânea, assumindo ser impossível compreender esse fenômeno sem se interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social [...]” (PORTO, 2006, p. 250).

Como destacado no capítulo 1, a violência não deve ser pensada no singular, mas no plural. Existem diversos tipos de violência, cada um possuindo características, contextos e lógicas próprias:

Considerando os fenômenos da violência, a perspectiva analítica centrada nas Representações Sociais permite captar os sentidos que os atores (protagonistas ou vítimas da violência) atribuem às suas representações e às suas práticas, sem secundarizar o sistema (ambiente, contexto, situação, estrutura) no qual esses atores agem e onde ações violentas são praticadas. Privilegia a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado. (PORTO, 2006, p. 264)

Portanto, o uso da noção de RS permite analisar as ações violentas, interpretações destas e condutas perante elas considerando os atores sociais e a estrutura social em que estão inseridos. Além disso, pensar as ações violentas como RS possibilita que o fenômeno da violência seja apreendido em sua dimensão objetiva, com os dados concretos de sua ocorrência na sociedade, e subjetiva, na interpretação do que pode ser considerado como violência interferindo na realidade social da mesma. Segundo Porto: “[...] definir algo ou alguém como violento implica captar as relações entre objetividade e subjetividade da violência [...]” (PORTO, 2006, p. 265). Na relação entre objetividade e subjetividade, são criadas distintas representações, objetos da análise sociológica.

Neste trabalho, são analisadas as RSV de um tipo específico de violência contra uma parcela da população: o homicídio de pessoas trans. Conforme Porto (2002, p. 160), em sociedades heterogêneas, nas quais os atores sociais disputam hegemonia das representações: “novas sociabilidades se estruturam na violência”. A afirmação da identidade trans na sociedade, como observado no capítulo 1 deste trabalho, rompe com a normativa heterossexual e binária da sociedade atual. Em função disso, a transexualidade engendra “novas sociabilidades” na sociedade brasileira contemporânea, as quais são respondidas, por vezes, com a eliminação física da pessoa que busca afirmar uma identidade negada. O tipo de violência é o homicídio e pode ser entendido como violência letal e de gênero, uma vez que é despertada pelo gênero com o qual uma pessoa identifica-se. O canal de transmissão das RSV analisadas aqui são as notícias veiculadas pelos canais eletrônicos de mídia em portais da mídia convencional. Antes de prosseguir à análise do *corpus* documental selecionado, é necessário tecer considerações acerca da mídia e de seu efeito na criação e difusão das RSV.

Segundo Porto, que realiza um estudo sobre os impactos da mídia na criação de RSV e condutas perante a violência, os canais de mídia do mundo contemporâneo foram impulsionados em seu alcance pelo desenvolvimento tecnológico, chegando a milhões de pessoas (PORTO, 2002). Por meio de uma pesquisa realizada no estado do Distrito Federal, Porto apresenta dados e argumentos sobre o impacto das representações da violência, com os canais de mídia atuando como: “[...] um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já

que aí a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado.” (PORTO, 2002, p. 160). A autora ressalta que a *Internet* e a aceleração das comunicações que ela possibilita influem na forma como o fenômeno da violência é percebido pelo indivíduo:

Os meios eletrônicos, ao mesmo tempo em que possibilitam a quase simultaneidade entre acontecimento e informação (o mundo é aqui e agora, em tempo real) “poupan” os indivíduos, intermediando vários de seus contatos com o mundo, protagonizando a potencialização do “encolhimento do mundo”. Em certo sentido, seria o mundo virtual “construindo o ‘real’”. O outro lado desta mesma moeda transforma o real em espetáculo produzido pelos meios de massa. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a “realidade” da violência passe a fazer parte do dia-a-dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido. A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação multiplicam-se as categorias de percepção da violência. Nesse sentido, é unânime a representação segundo a qual os meios funcionam como um tipo de tribunal do júri, antecipando ou dando o tom, em termos da condenação ou absolvição de um suspeito. (PORTO, 2002, p. 163)

A partir do trecho destacado, as tecnologias de comunicação eletrônica implicam em novas realidades da transmissão de informações. A proximidade temporal entre o acontecimento e a divulgação dele faz com que se tenha a sensação de um fenômeno que atinge o indivíduo, mesmo aquele estando distante deste. Nesse sentido, o mundo virtual constrói o real ao mesmo tempo em que este é tornado espetáculo pela sua interpretação no virtual. A violência é vendida facilmente na mídia e é um dos principais produtos de consumo, passando a integrar a realidade cotidiana da maioria das pessoas, porém sem atingir a todas de forma “real”. Além disso, a forma como a violência é representada por canais da mídia implica na interpretação da gravidade e até legitimidade da ação violenta.

A sociedade contemporânea é constituída por uma rede de representações coletivas, existindo diferentes canais pelos quais as representações sociais são disseminadas, entre os quais estão os meios midiáticos (SANTOS E TEIXEIRA, 2013). À mídia cabe uma posição de destaque enquanto produtora e disseminadora de conteúdo, o que lhe confere competência de orientadora de conduta (SANTOS E TEIXEIRA, 2013). Alex Niche Teixeira (2011) demonstra esse processo de cristalização de uma conduta social, como a violência, a partir de suas representações. Para isso, Teixeira, realiza um estudo de caso acerca dos programas televisivos que dramatizam crimes e convidam os telespectadores a participarem da resolução dos mesmos, por denúncias de telefone. O programa analisado, pelo autor é o Linha Direta, da emissora Globo, sendo o recorte temporal selecionado os programas que foram ao ar entre os anos de 1999 e 2007.

A análise de Teixeira traz elementos importantes para o trabalho com as RSV. Conforme o autor, esses programas televisivos geram concepções próprias acerca da justiça e da criminalidade. Com a dramatização e a apresentação de crimes, em sua grande maioria, de homicídios, e o pedido de ajuda para resolver os mesmos, acaba-se por criar uma demanda, direcionada às instituições responsáveis pela lei e aplicação dela, pelo aumento e endurecimento das punições aos criminosos. O resultado dessa lógica é que a: “[...] abordagem dos programas acerca das alegadas consequências da inação ou falta de vigilância sobre o indivíduo coloca o problema da criminalidade para o cidadão privado ao invés do Estado” (TEIXEIRA, 2011, p. 42).

Segundo Teixeira, esse tipo de programa televisivo não impacta apenas na conformação de concepções e condutas perante a criminalidade, mas afeta a própria noção de justiça e como esta deve ser operacionalizada:

As menções imprecisas à realização de “justiça”, identificadas no conteúdo verbalizado do Linha Direta, opunham, paradoxalmente, as instituições formais de controle criminal à ideia de legalidade. Este conflito evidenciava-se no tratamento narrativo destinado aos envolvidos nos casos. A legitimidade da atribuição de culpa aos acusados à revelia de julgamento contava com a esperada reação passional do público às simulações dramatizadas, deixando claro o compromisso do programa com a noção de justiça da audiência e a sua própria. O linchamento eletrônico dos acusados, verificado a partir da abordagem utilizada na apresentação dos casos e apoiado pela noção de vazio de justiça, presente no discurso do programa, remetia, simbolicamente, a uma noção de “justiça com as próprias mãos ao controle remoto”, estimulando manifestações individualizadas de julgamento, permissivas em relação a formas extraleais para a resolução de conflitos. (TEIXEIRA, 2011, p. 52)

A partir do trecho destacado, nota-se que o esquema narrativo empregado pelo programa televisivo aponta para a ineficiência do Estado no combate ao crime. A justiça realizada por instituições pautadas em leis é colocada em descrédito, com a pessoa acusada de ter cometido o crime sendo condenada publicamente sem ter passado por um julgamento legal. Com isso, cria-se a sensação de um “vazio de justiça”, desencadeando um processo no qual a noção de justiça e a realização da mesma é individualizada e colocada à margem dos processos legais. Para os objetivos deste trabalho interessa, sobretudo, a relação que Teixeira evidencia entre narrativa e construção de concepções e práticas frente aos crimes, uma vez que as notícias que integram o presente *corpus* documental possuem uma lógica própria.

Neste capítulo, foram discutidos os conceitos de RS e RSV. As RS são conhecimentos práticos, desenvolvidos nas relações sociais cotidianas. São construídas a partir das interpretações e concepções sobre algum objeto inserido no espectro social, o qual é

representado pelo processo cognitivo do indivíduo condicionado por estruturas do mundo social, ao qual este indivíduo pertence. Essas representações têm impacto no mundo social, conformando as condutas dos sujeitos frente a um determinado objeto. A mídia tem um importante papel, atualmente, na divulgação e conformação das RS. Essa mídia, ainda, tem um papel de destaque, sobretudo, na construção das RSV. As RSV, como visto, condicionam as reações frente à violência e as condutas violentas. No próximo capítulo, são analisadas as notícias acerca dos onze casos selecionados, com o intuito de desvelar as RSV dos homicídios de pessoas trans.

4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

Este capítulo é dedicado à análise do *corpus* documental selecionado. A análise das notícias é realizada por meio de seis categorias:

1. **Configuração do homicídio:** narrativa acerca dos meios/instrumentos utilizados para cometer o homicídio;
2. **Identidade Trans:** como é retratada a identidade de gênero da vítima;
3. **Características do autor do crime:** a maneira como o autor do crime é retratado, de acordo com todas as referências implícitas e explícitas a respeito dele;
4. **Descrição da vítima:** modo como a vítima é descrita, o peso que os autores conferem a um determinado elemento relacionado a ela;
5. **Desenrolar do processo (judicialização):** forma como são retratadas as causas, ou possíveis causas, da morte e como aparece, ou não, a situação do crime segundo a polícia ou as instituições públicas responsáveis pela justiça;
6. **Local do fato:** onde o crime ocorreu e/ou local em que o corpo foi encontrado e como ele é retratado pelos autores das notícias.

Através dessas categorias, é possível analisar o objeto e desenvolver uma compreensão mais apurada e crítica das formas pelas quais os homicídios contra pessoas trans são noticiados, e de como essa violência letal não se trata apenas de uma violência física, mas envolve, sobretudo, aspectos simbólicos muito profundos.

Dos doze casos de homicídios - todos ocorridos no Rio Grande do Sul - seis sucederam entre janeiro e junho de 2018. Os outros seis casos ocorreram durante todo o ano de 2017. Como é possível observar, isso significa que ocorreram - com base no que é noticiado - o mesmo número de mortes de transexuais em 2018, até junho, e em todo o ano de 2017, o que indica um aumento na taxa de homicídios contra a população trans no estado. Os dados sobre as vítimas seguem abaixo no quadro 1, no qual estão as informações sobre: o nome, a idade, a profissão, as circunstâncias do homicídio, a localidade e a data do assassinato.

Quadro 1 – Vítimas no Rio Grande do Sul em 2017

Nome	Idade	Profissão	Circunstâncias do homicídio	Localidade	Data
Michelly Garcia	25	Sem informação	Assassinada a tiros dentro de casa.	Em casa. Rua Leopoldo Brod, em Pelotas.	03/03/2017
Gabriele Marchiori	19	Sem informação	Corpo foi carbonizado. Encontrado em chamas.	Distrito Industrial de Cachoeirinha, em Cachoeirinha	12/03/2017
Chaiane	27	Sem informação	Assassinada por três adolescentes, por golpes de faca.	Beco dos Trilhos, na Travessa Batista Carlos, em Cachoeira do Sul	13/05/2017
Cauã	23	Flanelinha	Assassinada a tiros, em local movimentado.	Próximo à Usina do Gasômetro, em Porto Alegre	09/07/2017
Bruna dos Santos	22	Sem informação	Assassinada a tiro. Apresentava sinais de agressão a pauladas (especialmente no rosto).	Próximo ao campo do Sudeste, na Ambrósio Perret, em Pelotas	09/07/2017
Bruna Laclose	36	Sem informação	Morta a facadas, por volta das 6 horas da manhã.	Em frente a uma boate, na Rua Protásio Alves, em Pinheiro Machado.	06/08/2017

Fonte: a autora (2018).

No quadro 1, é possível observar que dos seis homicídios, cinco foram cometidos contra mulheres transexuais e um contra um homem transexual. A partir das notícias analisadas, foi possível obter informações sobre as vítimas. Relativo à profissão, só foi obtida informação a respeito do homem transexual Cauã (Agora no RS, Central das Notícias, Correio do Povo, Gaúcha ZH, O Sul, Porto Alegre 24h, UOL), o qual era flanelinha. A maioria dos assassinatos (três) foi feita com disparos de arma de fogo, dois foram com armas brancas e em um caso foi ateadado fogo no corpo da vítima.

No quadro 2, estão as informações sobre as pessoas trans assassinadas entre janeiro e junho de 2018. É possível observar que todas são mulheres transexuais. Apenas em quatro canais eletrônicos de mídia aparecem informações sobre a profissão de duas vítimas: Thalia Costa Barboza (UOL, Correio do Povo), que era vendedora de loterias e estudante; Fernanda Reichert (Visão do Vale, Blog Ação Preventiva), que era cabeleireira. O caso ocorrido em Tramandaí, como dito na “Introdução” deste trabalho, foi desconsiderado, pois a vítima não foi identificada e nem o caso noticiado. Dos casos que fazem parte da análise, dois homicídios

foram cometidos por meio de arma de fogo, um com o uso de armas brancas, um por estrangulamento e um por espancamento, conforme identificado nas notícias.

Quadro 2 – Vítimas no Rio Grande do Sul em 2018

Nome	Idade	Profissão	Circunstâncias do homicídio	Localidade	Data
Alanis Burgo	29	Sem informação	Encontrada morta, com sinais de estrangulamento.	Em uma casa na Rua Santa Cruz, no Centro, em Pelotas.	22/03/2018
Eduarda Amaro	18	Sem informação	Assassinada por tiros vindos de um veículo prata.	Rua 7 do Pestano, no bairro Três Vendas, em Pelotas.	29/03/2018
Nati da Silva	30	Sem informação	Assassinada por um tiro nas costas. Foi vista saindo cambaleando de uma camionete vermelha.	Rua João Abott, perto do Parque dos Dick, em Lajeado.	20/04/2018
Não identificada	25	Sem informação	Assassinada a tiros.	Tramandaí.	17/05/2018
Fernanda Reichert	31	Cabeleireira	Encontrada morta em sua casa. Estava deitada no chão com ferimentos (de facadas) no rosto e no pescoço e com um dos braços amarrado.	Rua Eduardo de Almeida, Bairro São Miguel, São Leopoldo.	09/06/2018
Thalia Costa Barboza	33	Vendedora de loterias e estudante.	Encontrada morta às margens do Rio Uruguai. Foi assassinada a pauladas por um jogador de futebol da cidade, com quem mantinha um recente relacionamento.	Em um apartamento. Corpo encontrado às margens do Rio Uruguai, em São Borja.	21/06/2018

Fonte: a autora (2018).

Os casos analisados neste trabalho só foram identificados a partir da divulgação dos homicídios nos canais eletrônicos de mídia. O que não significa a totalidade dos casos, uma vez que não se conta com dados e estatísticas oficiais, e nem todos os casos são noticiados. Conforme Benevides (2018):

Há casos em que nenhuma mídia cobre o assassinato, e por conta disso, contamos apenas com relatos de pessoas locais que nos repassam informações. Como vamos identificar um assassinato caso ela não saia na mídia? São casos subnotificados que se perderiam se não fossem nossos informantes locais (BENEVIDES, 2018, p. 12)

Ou seja, a falta de dados oficiais sobre os homicídios de pessoas trans coloca uma situação em que a mídia torna-se o principal meio de obtenção desses dados. Como foi discutido

na segunda seção do capítulo 1 (“Violência letal contra pessoas trans: o homicídio”), a ausência de uma tipificação jurídica de homicídio homofóbico ou transfóbico faz com que estes sejam categorizados como crimes comuns, implicando nessa ausência de dados oficiais para estes crimes. No entanto, alguns casos nem sequer são noticiados, correndo-se o risco de perder informações sobre esses e sendo necessário contar com o apoio de informantes locais.

Foram encontradas 49 notícias para os onze casos de homicídios selecionados, ocorridos do mês de janeiro do ano de 2017 até o mês de junho do ano de 2018. No quadro 1 estão as informações acerca das notícias de 2017, com o nome da vítima, o número de notícias, a numeração da notícia de acordo com a ordem cronológica, o título da notícia, o canal de mídia e a data.

Quadro 3 – Notícias sobre os assassinatos de pessoas trans no Rio Grande do Sul em 2017

Vítima	Número de notícias	Numeração	Título	Canal de mídia	Data
Michelly Garcia	1	1	Na noite de sexta, uma pessoa é assassinada e outra fica ferida no Pestano	Diário Popular	04/03/2017
Gabriele Marchiori	2	2	Corpo carbonizado em Cachoeirinha era de uma transexual	O Repórter	14/03/2017
		3	Polícia apura morte de transexual em Cachoeirinha	Gaúcha ZH	14/03/2017 (atualizada em 15/07/2017)
Chaiane	9	4	Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul	Gaúcha ZH	14/05/2017
		5	Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul	NT Sul - TV Cachoeira	14/05/2017
		6	Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul	Portal Arauto FM	14/05/2017
		7	Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul	Blog Iltom Vargas de Oliveira	14/05/2017
		8	Travesti de 27 anos é morta a facadas em Cachoeira do Sul	O Sul	14/05/2017
		9	Furto para comprar drogas teria sido a causa do assassinato da travesti	Jornal do Povo	14/05/2017

		10	Polícia recebe informações sobre a morte do travesti Chaiane	O Correio	14/05/2017
		11	Polícia Civil investiga morte de travesti na região Central	Santa Maria 24 horas	15/05/2017
		12	Polícia apreende trio suspeito de matar travesti a facadas	Farrapo	20/05/2017
Cauã	11	13	Mulher é assassinada próximo à Usina do Gasômetro	Correio do Povo	09/07/2017
		14	Mulher é morta em plena tarde, em área de lazer no Centro de Porto Alegre	O Sul	09/07/2017
		15	Mulher é morta a tiros perto da Usina do Gasômetro	Agora no RS	09/07/2017
		16	Guardadora de carros é morta a tiros na área central de Porto Alegre	Gaúcha ZH	09/07/2017
		17	Guardadora de carros é assassinada próximo ao Gasômetro	UOL	10/07/2017
		18	Uma mulher foi assassinada próximo à Usina do Gasômetro	Porto Alegre 24 horas	10/07/2017
		19	Polícia busca por testemunha de morte de flanelinha	UOL	11/07/2017
		20	Polícia prende dois suspeitos de matar guardadora de carros no Gasômetro	O Sul	13/07/2017
		21	Polícia prende executor e mandante de homicídio perto da Usina do Gasômetro	Agora no RS	13/07/2017
		22	Presos suspeitos de matar mulher no entorno do Gasômetro, em Porto Alegre	Central das Notícias	13/07/2017
		23	Testemunha-chave irá depor nesta terça-feira sobre assassinato na Orla	Gaúcha ZH	10/07/2017 (atualizada em 11/07/2017)

			do Guaíba, em Porto Alegre		
Bruna dos Santos	1	24	Jovem é morto a tiros em Pelotas	Diário Popular	09/07/2017
Bruna Laclose	3	25	Transexual é morta a facadas em Pinheiro Machado	Diário Popular	07/08/2017
		26	Pinheiro Machado: Homem esfaqueia duas pessoas e é preso	Jornal Tradição Regional	11/08/2017
		27	Homem mata transexual em Pinheiro Machado	Programa Variedades do Ruba	Sem data

Fonte: a autora (2018).

Ao todo, foram encontradas 27 notícias acerca dos casos ocorridos em 2017. O caso que mais apareceram notícias foi o do homem transexual Cauã, com 11 notícias, sendo que nos sites dos canais eletrônicos de mídia O Sul, Agora no RS, Gaúcha ZH e UOL foram encontradas duas notícias em cada. Nesses sites, a primeira notícia aborda o crime e a segunda o desenrolar da investigação do mesmo. Das 11 notícias, são consideradas dez para análise, uma vez que o texto veiculado pelo Porto Alegre 24 horas é cópia do texto do portal Correio do Povo. O segundo caso mais noticiado foi o da mulher transexual Chaiane, com nove notícias, porém são consideradas oito, pois a notícia do Santa Maria 24 horas é cópia do texto veiculado no portal O Correio. As mulheres transexuais Gabriele Marchiori e Bruna Laclose tiveram seus casos repercutidos em dois e em três canais eletrônicos de mídia, respectivamente. Para os casos das mulheres transexuais Michelly Garcia, primeiro ocorrido no ano de 2017, e Bruna Santos, foram encontradas apenas uma notícia.

O quadro 4 contém as mesmas informações que o quadro 3, porém para o período entre janeiro e junho de 2018.

Quadro 4 – Notícias sobre os assassinatos de pessoas trans no Rio Grande do Sul entre janeiro e junho de 2018

Vítima	Número de notícias	Numeração	Título	Canal de mídia	Data
Alanis Burgo	7	28	Pinheirense é vítima de possível estrangulamento em Pelotas	Pinheiro Online	23/03/2018
		29	Moradora de Pinheiro Machado é encontrada sem vida em Pelotas	Jornal Tradição Regional	23/03/2018
		30	Pinheirense é vítima de possível estrangulamento em Pelotas	Notícias Evaldo Gomes	23/03/2018
		31	Caso Alanis passa a ser investigado pela delegacia de Homicídios	Pinheiro Online	27/03/2018
		32	Morte de transexual será investigada pela DHPP	Diário da Manhã	28/03/2018
		33	Mais uma transexual assassinada	Rádio Tempo FM 101,5	31/03/2018
		34	Polícia aguarda laudo pericial sobre morte de transexual	Tribuna do Pampa	03/04/2018
Eduarda Amaro	1	35	Jovem morre após tiroteio no Pestano	Diário Popular	29/03/2018
Nati da Silva	4	36	Homem é assassinado no Centro de Lajeado	Informativo do Vale	21/04/2018
		37	Travesti é assassinada em Lajeado	Grupo Independente	21/04/2018
		38	Polícia Civil investiga assassinato de travesti em Lajeado	Gaúcha ZH	22/04/2018
		39	Polícia Civil investiga morte de travesti em Lajeado	G1	22/04/2018
Fernanda Reichert	4	40	Transexual é assassinada a facadas em São Leopoldo	Jornal NH	09/06/2018
		41	Mulher trans é morta a facadas dentro de casa no bairro São Miguel	Jornal VS	10/06/2018
		42	Cabeleireira Fernanda Reichert é assassinada em São Leopoldo	Visão do Vale	10/06/2018

		43	Transexual Fernanda Reichert é assassinada em São Leopoldo	Blog Ação Preventiva	10/06/2018
Thalia Costa Barboza	6	44	Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol em São Borja, diz polícia	G1	21/06/2018
		45	Transexual é encontrada morta no RS; jogador assume o crime e é preso	UOL	21/06/2018
		46	Transexual é encontrada morta em São Borja	Correio do Povo	21/06/2018
		47	Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol no RS, diz polícia	Porto Alegre 24 horas	22/06/2018
		48	Transexual é encontrada morta e jogador confessa crime	ISTOÉ	22/06/2018
		49	Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol do RS	Catraca Livre	27/06/2018

Fonte: a autora (2018).

Para o período entre janeiro e junho de 2018 foram encontradas 22 notícias, sobre cinco dos seis assassinatos de pessoas trans ocorridos no período. O caso com mais notícias identificadas foi o da mulher transexual Alanis Burgo, com o total de sete notícias, das quais são analisadas seis, pois a notícia do Rádio Tempo FM 101,5 é cópia do texto veiculado no Diário da Manhã. O segundo caso com mais notícias é o da mulher transexual Thalia Costa Barbosa, com seis notícias. Entretanto, são analisadas quatro notícias, pois a notícia do Porto Alegre 24 horas é cópia do texto veiculado no portal do G1. Da mesma forma, a notícia do ISTOÉ é cópia da veiculada no portal do UOL. Para os casos das mulheres transexuais Fernanda Reichert e Nati da Silva, foram encontradas quatro notícias para cada, e uma para o homicídio da mulher transexual Eduarda Amaro.

Nas próximas seções deste capítulo, o conteúdo das notícias é analisado de acordo com as seis categorias apontadas mais acima. Por meio dessas, a narrativa e as representações sobre os homicídios de pessoas trans são analisadas e problematizadas.

4.1. CONFIGURAÇÃO DO HOMICÍDIO

Esta categoria se refere aos meios/instrumentos utilizados no assassinato, isto é, a forma como o homicídio aconteceu e às características dele (exemplo: forma cruel, maneira bruta, etc). Na maioria dos homicídios noticiados, a violência se dá, também, pela forma cruel em que ocorrem as mortes. São utilizados requintes de crueldade, como facadas, pauladas, tiros, garrafadas, estrangulamento, asfixia.

Esses requintes de crueldade podem ser pensados a partir do que César Barreira (2015) traz sobre a noção de crueldade:

A crueldade faz parte da natureza humana, tendo papel relevante nas formas de dominação.

Os processos simbólicos da civilidade associam-se aos elementos arcaicos dos atos agressivos que permeiam a vida social. A descrença da capacidade de dominação dos impulsos agressivos aparece no afrouxamento dos comportamentos morais ocorrente no decurso da guerra. Nessa perspectiva, Freud abriu a possibilidade de pensar sobre as normas e os valores como elementos importantes de repressão às formas variadas de crueldade. A crueldade emerge também nas maneiras de tratamento psiquiátrico praticadas com ex-combatentes e no "narcisismo das pequenas diferenças", expresso no ódio do outro: os povos vizinhos, o estrangeiro, os diferentes. (BARREIRA, 2015, p. 57)

Ou seja, a crueldade emerge de impulsos agressivos não moderados pela moral, sendo expressa no ódio pelo “Outro”, pelo diferente. Aqui o “Outro” são as pessoas trans, alvos da crueldade por romperem a normativa binária e heterossexual da sociedade. Nesses casos, os episódios de crueldade são considerados como “normais”.

Como foi visto no capítulo 1, de acordo com Butler (2011, p. 17), a vulnerabilidade do corpo antecede a formação do sujeito, sendo, portanto, toda a vida precária desde o começo: “O outro, contra minha autonomia, pode me levar desde o sofrimento físico à erradicação total do meu ser [...]”. Segundo a autora, a violência expõe da pior forma possível a vulnerabilidade dos seres humanos e como o corpo pode estar sempre exposto à vontade do outro, à sua ação deliberada. Para Butler, é impossível quebrar a fonte dessa vulnerabilidade, e os seres humanos sempre estarão funcionando através dela. Sob certas condições sociais e políticas e em continuidade com as mesmas, tal vulnerabilidade ganha corpo e determinadas vidas são constituídas como mais precárias que outras (BUTLER, 2011).

É o caso das pessoas trans, cuja vida é marcada por uma intersecção de fatores sociais que determinam sua rejeição por grande parte da sociedade. Essa rejeição torna a vida das

peças trans, por não se adaptarem à normativa binária de gênero, mais precárias que as vidas de outras pessoas. Com isso, as pessoas trans podem ser consideradas como um grupo especialmente propenso a violência e homicídios (BUTLER, 2011). O que mostra que o homicídio dessas pessoas é visto como uma forma de punir e não somente de matar, como se o corpo tivesse de ser extinguido totalmente, assim como sua identidade, punido pela sua existência. Neste trabalho, os homicídios contra pessoas trans são tratados como violência de gênero, como foi explicitado no capítulo 1. Essa violência letal pode ser relacionada à transfobia, entendida como uma expressão de ódio contra pessoas que se identificam com um gênero que não é o que foi atribuído ao nascimento. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus:

O que se nega simbolicamente às pessoas trans nessas situações de discriminação transfóbica, que no meu entendimento se configuram como crimes de ódio, é o seu direito de serem quem são, independentemente do gênero que lhes foi atribuído quando nasceram, dos registros civis que lhes foram impostos ou do julgamento de algumas pessoas sobre os seus corpos. (JESUS, 2012, Sem paginação)

Isso é, são crimes de ódio que buscam negar a existência e a afirmação de identidades socialmente excluídas. É negado, então, o direito do “Outro” de existir. Portanto, nos crimes motivados por transfobia, a crueldade, com conteúdo de punição exemplar, manifesta-se. Na maioria dos homicídios analisados aqui, são marcantes os traços da crueldade do assassino para com a vítima. As mulheres transexuais Eduarda Amaro, Michelly Garcia, Nati da Silva e o homem transexual Cauã foram mortos a tiros. Bruna dos Santos, também, foi assassinada por arma de fogo, porém apresentava no rosto sinais de agressão a pauladas. Gabriele Marchiori foi morta carbonizada e já havia sido alvo de tentativa de homicídio a facadas, em 2016. Bruna Laclose e Chaiane foram mortas a facadas. Fernanda Reichert também foi morta com o uso de arma branca, porém estava com um dos braços amarrados, incapacitando a vítima de se defender. Alanis Burgo foi morta por estrangulamento (asfixia), e nela também foram encontrados hematomas. Thalia Costa Barboza foi assassinada a pauladas, e, segundo uma das notícias, por algum possível objeto cortante, como garrafadas, devido aos ferimentos. Portanto, em muitos casos estão presentes sinais de agressão que antecedem a eliminação física.

Na notícia de título “Jovem é morto a tiros em Pelotas” (24), referente à vítima Bruna dos Santos, do Diário Popular, a agressão anterior ao homicídio é relatada no trecho: “O corpo da vítima apresentava **sinais de agressão a pauladas, especialmente no rosto**, mas segundo a Polícia Civil e a Brigada Militar, ele foi **disparo de arma de fogo**” (DIÁRIO POPULAR, 09/07/2017, Sem paginação – Grifos da autora), exemplificando a crueldade presente no homicídio, com a vítima sendo agredida antes de ser executada.

Na notícia de título: “Na noite de sexta, uma pessoa é assassinada e outra fica ferida no Pestano” (1), do Diário Popular, referente à vítima Michelly Garcia, apresenta o seguinte trecho a respeito da violência letal do crime:

O ano de 2017 recém chegou ao seu terceiro mês, mas Pelotas já atingiu o assustador número de 20 mortes violentas. A última aconteceu na noite de sexta-feira (3) na Travessa 4, da rua Leopoldo Brod, no Pestano. (DIÁRIO POPULAR, 04/03/2017, Sem paginação)

Na notícia, fica claro que a morte em questão foi caracterizada como violenta. Porém, não especifica a possível motivação ser a violência de gênero, invisibilizando a transfobia como possível motivo do crime. Isto pode ser observado, também, no seguinte trecho da mesma notícia:

Segundo a Brigada Militar (BM), dois motociclistas foram à residência de Michel da Cunha, de 25 anos, e o assassinaram, por volta das 23h50min. Um dos tiros acertou a **cabeça de Michel**, que faleceu a caminho do hospital. O seu irmão, A.R.C., de 26 anos, que também estava na casa, foi baleado na perna e não corre risco de morte. As motivações para o assassinato e a identidade dos criminosos ainda não são conhecidas. O caso foi entregue à Delegacia de Homicídios de Pelotas. (DIÁRIO POPULAR, 04/03/2017, Sem paginação – Grifo da autora)

No trecho acima, a identidade de gênero da vítima é desrespeitada, ao referir-se à ela pelo seu nome de registro, portanto, no masculino. Além de não trazer a transfobia como hipótese da motivação do crime, já que apresenta as motivações do assassinato como desconhecidas. Dessa forma, a notícia invisibiliza totalmente a identidade de gênero da vítima e uma das possíveis motivações do crime, a transfobia, dando a entender ao leitor que trata-se de um caso de um homem cis gênero que foi assassinado por um motivo ainda desconhecido. Portanto, a vítima sofre dois homicídios: primeiro, sua existência física é apagada com recurso a práticas violentas que podem ser consideradas cruéis; segundo, a existência identitária é eliminada ao se referir à vítima por seu nome de registro ou ao não se aventar a transfobia como possível motivação. A questão da identidade trans é explorada melhor na próxima seção.

4.2 IDENTIDADE TRANS

Nesta seção, a análise é sobre a visibilidade ou invisibilidade da identidade trans da vítima nas notícias, sendo averiguado por meio de que nome(s) a vítima é identificada/mencionada (nome social, nome de registro, ou os dois tipos). As notícias conferem maior ênfase ao nome de registro invisibilizando a identidade feminina das vítimas ao não se

fazer uso do nome social. Apesar disso, os termos “transexual” e “travesti” aparecem na maioria das notícias, figurando nos títulos das mesmas, dando a impressão de estarem ali para demarcar a identidade de gênero das vítimas. No entanto, nada é mencionado acerca da violência de gênero ou transfobia. Essa centralidade dada à identidade trans parece querer enaltecer o fato de que antes de ser uma mulher, homem ou profissional, é alguém que não se encaixa na estrutura binária de gênero da sociedade.

Nas 44 notícias analisadas, os nomes das vítimas aparecem de diferentes maneiras. Em doze delas aparecem o nome de registro e o nome social (como a vítima se identificava). Em quinze delas, aparece somente o nome de registro. E nas demais, que totalizam dezenove notícias, aparece somente o nome social. Ou seja, em cerca de 43% das notícias, o nome social da vítima aparece. No entanto, a visibilidade da pessoa trans fica restrita ao nome, pois não há conexões dessa visibilidade, nas narrativas midiáticas, com as possíveis motivações transfóbicas do crime. Isso leva-se não à invisibilidade, a uma “visibilidade precária”. Segundo Benevides, a ausência de uma política específica para que sejam usados os nomes sociais das vítimas nos boletins de ocorrência dificulta a contabilização dos homicídios (BENEVIDES, 2018). A maneira como os nomes das vítimas aparecem (alternando, conforme as notícias, entre nome social e nome de registro, e, às vezes, os dois) e o gênero servem como exemplo do que Butler (2011) afirma acerca da desumanização do “Outro”. Para isso, também concorre a maneira como as notícias representam as vítimas, descrevendo-as, essencialmente, como travestis e transexuais, resumindo sua existência a essa condição, sendo indiferente às suas nuances enquanto pessoa, profissional, filha, etc. Tanto a invisibilização da identidade trans está presente em algumas notícias quanto, essa mesma identidade, é essencializada em outras notícias, desumanizando a vítima. A notícia de título “Cabeleireira Fernanda Reichert é assassinada em São Leopoldo” (42), do Visão do Vale é uma exceção desse caso.

Como já foi mencionado e exemplificado, por vezes, a identidade da vítima fica em algumas notícias invisível, de acordo com o nome em que aparece. A pessoa se identifica como mulher transexual, homem transexual ou travesti, no entanto, na notícia aparece somente seu nome de registro, que está no masculino. Exemplo disso é a notícia: “Jovem é morto a tiros em Pelotas” (24), do Diário Popular, em que a vítima é identificada como Bruno Santos da Silva, aparecendo o nome de registro e não mostrando em nenhum momento o nome em que a vítima se identificava (nome social), que aparece no mapa virtual da ANTRA como Bruna dos Santos. É possível observar o desrespeito à identidade de gênero da vítima, já que ela aparece

no masculino, como está no trecho: “**Bruno Santos da Silva**, 22, foi **encontrado** morto por volta do meio-dia no campo do Sudeste próximo à rua Pedro Machado Filho.” (DIÁRIO POPULAR, 09/07/2017, Sem paginação – Grifos da autora).

Outro exemplo em que há a invisibilização da identidade de gênero é o da vítima que se identificava como Cauã nas redes sociais (no masculino), porém aparece em todas as notícias como Sheron Shauana Peres, como “mulher”, no feminino (que era seu nome de registro). Como no título da notícia: “**Mulher** é assassinada próximo à Usina do Gasômetro” (13), do Correio do Povo. Apenas na notícia intitulada “Testemunha-chave irá depor nesta terça-feira sobre assassinato na Orla do Guaíba, em Porto Alegre” (23) da Gaúcha ZH, aparece que a vítima usava o nome social de Cauã. Exemplo está no trecho:

Sheron, de acordo com um familiar que pediu para não ser **identificado**, sobrevivia com funções informais, como a de **guardadora** de carros. No ano passado, chegou a ser presa por suspeita de assaltar uma residência, em Guaíba. Porém, pessoas próximas afirmam que ela, depois de passagem pela cadeia, não voltou a se envolver em crimes. Sheron tinha namorada e, **nas redes sociais, usava o nome social de Cauã**. (GAÚCHA ZH, 11/07/2017, Sem paginação – Grifos da autora)

Os termos “identificado” e “guardadora” demonstram uma oscilação no uso, pelo(a) autor(a) da notícia, entre os gêneros feminino e masculino, o que também invisibiliza a identidade da vítima, além do nome ao qual ela é referida. Isso também mostra uma inadequação entre os artigos e pronomes pessoais referentes ao gênero ao qual a vítima se identificava, o que está presente em muitas notícias. Outro ponto para analisar é a forma como o nome social da vítima é mencionado, ao dizer que “[...] nas redes sociais, usava o nome social de Cauã.” O emprego da palavra “usar”, referindo-se ao nome com o qual a vítima identificava-se, desrespeita a identidade de gênero da vítima, reduzindo o seu nome apenas a um uso pessoal.

Outro exemplo está no título da notícia: “Polícia recebe informações da morte **do** travesti Chaiane” (10), do O Correio. Na notícia intitulada: “Morte de transexual será investigada pela DHPP” (32), do Diário da Manhã, a vítima é referida tanto como Alanis Burgo (seu nome social) quanto Alan Burgo Rodrigues (nome de batismo, como diz na própria notícia). Exemplo são os trechos:

A Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa passou a investigar a morte da transexual **Alanis Nicole Fox**, de 29 anos. [...] Será feita uma perícia mais minuciosa para esclarecer o que provocou a asfixia e os hematomas encontrados em **Alan Burgo Rodrigues** (nome de batismo) da vítima. (DIÁRIO DA MANHÃ, 28/03/2018, Sem paginação – Grifos da autora)

A identidade da vítima, portanto, fica confusa, o que a torna indiferente no contexto em que aparece. Segundo Benevides (2018 apud AGÊNCIA BRASIL, 25/01/2018, Sem paginação): “Nós forjamos formas de levantar dados, já que o Estado não os têm. Não há, por exemplo, uma política de respeito ao uso do nome social pela polícia nos boletins de ocorrência. Sobra pra gente traçar estratégia [...]”. Essa falta de uma política de respeito ao uso do nome social é clara nas notícias analisadas, já que em algumas delas aparecem somente o nome de registro, ou, quando o nome social aparece, são utilizadas expressões como: “conhecida como Chaiane”. O que mostra um descaso com a identidade de gênero da vítima, e o apagamento ainda maior dessa pessoa, que vai além de tirar a vida do corpo, eliminando o que essa vida simbolizava.

Além disso, o que pode também explicar essa “confusão” com as identidades das pessoas trans é o que aponta Inajara Piedade da Silva: “A temática da transexualidade mostra-se objeto de confusão aos leigos por superficialmente se assemelhar com homossexualidade e travestilidade. Por diversas vezes, o assunto é tratado como homossexualidade.” (SILVA, 2018, p. 19). Portanto, a identidade trans pode ser pensada como uma das novidades inseridas no mundo social, que geram representações, as quais entram em conflito em busca de hegemonia e moldam condutas. A incompreensão de grande parte da sociedade quanto à transexualidade pode ser relacionada a essa disputa de representações.

4.3 CARACTERÍSTICAS DO AUTOR DO CRIME

Esta seção é dedicada à análise da forma como o autor do crime é descrito na notícia: sua identidade, motivações e se figuram nas narrativas interpretações acerca da conduta do assassino, no sentido de tentar justificar o crime, de acordo com o que foi dito a respeito dele. Dos onze casos analisados, um pouco mais da metade (seis casos) não tem suspeitos do crime. Em dois dos outros cinco casos, apesar de existirem suspeitos, ninguém foi preso. Os dois casos são das mulheres transexuais Nati da Silva e Eduarda Amaro. No caso de Nati da Silva, os suspeitos foram identificados, mas foram liberados por falta de evidências. Um dos suspeitos era dono da camionete (vermelha) de onde saiu o disparo que assassinou a vítima, evidenciando o descaso e indiferença da polícia com o caso em questão. O fato está exemplificado no trecho da notícia "Polícia Civil investiga morte de travesti em Lajeado" (39), do G1:

A partir das pistas, dois suspeitos passaram a ser investigados pela polícia. Conforme o delegado Juliano Stobbe, **um deles é proprietário de uma camionete vermelha**, da qual também foi coletada material pela perícia. O homem foi encontrado na cidade vizinha de Cruzeiro do Sul, prestou depoimento e foi liberado. (G1, 22/04/2018, Sem paginação – Grifos da autora)

Em um trecho da notícia "Homem é assassinado no Centro de Lajeado" (36), do Informativo do Vale, sobre o mesmo caso:

Uma **denúncia anônima apontou o suspeito do crime**, que reside em Cruzeiro do Sul. A Polícia Civil de Lajeado foi até o local, onde já se encontravam outros policiais e Brigada Militar. **Na residência, também estava a camionete vermelha**. O suspeito foi conduzido a DPPA para tomada de depoimento e exame residuográfico. (INFORMATIVO DO VALE, 21/04/2018, Sem paginação – Grifos da autora)

A partir desses dois trechos, é possível fazer uma comparação entre as narrativas. Na primeira notícia, é declarado que o suspeito foi liberado por falta de evidências. Na segunda, a camionete é referida como sendo a mesma do assassino, mas não é mencionado o fato de o suspeito ter sido liberado. A diferença na forma como aparecem as informações, acaba por adiantar o julgamento do autor do crime: na primeira notícia há uma sensação de desresponsabilização do suspeito, "tirando as suspeitas" contra ele; na segunda a condenação legal é antecedida, sendo "escondido" o fato do suspeito ter sido liberado e confirmado que a camionete de onde veio o disparo era dele.

No caso de Eduarda Amaro, somente se sabe que os tiros vieram de um veículo prata. A maneira como a maioria das notícias está escrita revela a falta de preocupação em aprofundar o caso em questão. Há falta de informações assim como estas são apresentadas de forma desencontrada, influenciando no conteúdo das mesmas. Não existe o objetivo de constatar e tentar explicar/elucidar melhor o caso, relacionando a outros casos, por exemplo, para trazer à tona o fato de a possível motivação ser a transfobia.

A vítima Chaiane, de acordo com as notícias, foi assassinada por um possível furto de alimentos, roubando dos adolescentes que a assassinaram. Isso, inclusive, aparece no título de uma delas: "**Furto para comprar drogas teria sido a causa do assassinato da travesti**" (09), do Jornal do Povo. O título parece tentar, de alguma forma, justificar o ato, no sentido de "desresponsabilizar" os autores do crime, já que relaciona a morte da vítima apenas com o furto em questão, ao mesmo tempo que incrimina a vítima. Nesse título, também é possível ver, mais uma vez, a travestilidade como o único atributo da vítima, o que acaba por "reduzi-la" a somente isso, pois na notícia não há referência ao nome social ou de registro de Chaiane.

No caso da vítima Thalia Costa Barboza, o autor do crime era um homem com o qual Thalia mantinha um relacionamento recente (de uns 15 dias) de acordo com as notícias. Ele era jogador de futebol e este fato ficou bastante evidente em algumas notícias. O caso repercutiu consideravelmente, com seis notícias, possivelmente, pelo fato de ter o envolvimento de uma pessoa pública. Nas notícias, também destacam-se muitas informações sobre o autor do crime, entre as quais, o time em que ele jogava, a cidade onde nasceu. A importância, o espaço e o destaque que as notícias a respeito do caso dão para a imagem do autor do crime, e a maneira como ele é representado, evidenciam que a mídia trata de forma mais significativa um caso que envolva uma pessoa pública. Com isso, uma morte acaba sendo considerada mais ou menos importante do que outra. Um exemplo disso é o trecho da notícia do G1, “Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol em São Borja, diz polícia” (44):

Ainda na quinta (21), a Associação Esportiva São Borja se manifestou por meio de uma nota publicada nas redes sociais. O clube disse que lamenta profundamente o ocorrido e já tomou as providências para o desligamento do atleta.

"Nossos sentimentos à família da vítima e à sociedade são-borjense, lamentando que um atleta da AESB que aos poucos se firma na prática do futebol tenha sido envolvido no ato repulsivo e antissocial", diz no comunicado.

O crime causou comoção na cidade, porque Thalia era conhecida pela atuação em defesa da igualdade de gênero. Ela trabalhava como vendedora de títulos de capitalização.

"Ela era uma pessoa muito positiva, respeitada e amiga de todo mundo aqui na cidade", confirma o delegado responsável pela investigação.

'Estamos sem saber o que aconteceu', diz dirigente

O diretor de futebol da Associação Esportiva São Borja, Eduardo Rocha Santos, disse ao G1 que a prisão pegou a todos de surpresa. Conforme ele, policiais civis foram até o clube pela manhã e informaram sobre a situação. Douglas treinava normalmente até então.

"O clube prontamente abriu as portas. Levamos o Douglas até a polícia para prestar esclarecimentos, e prestamos todo o auxílio que a polícia precisou, abrimos o alojamento onde o Douglas morava...", disse o dirigente.

De acordo com Eduardo, o jogador chegou ao clube no fim de março, e atua na equipe desde abril. Ele morava junto com outros 16 atletas em um alojamento na cidade.

"A gente sempre está olhando, está em cima, e até o presente momento não tínhamos percebido nada. Fazemos checagem policial, e não tinha nenhum antecedente. O clube ficou abalado, ele fazia parte do grupo", acrescentou.

Eduardo também disse que a família do atleta viaja até São Borja para acompanhar a situação.

"Estamos sem saber o que aconteceu. O clube não comunga com isso, foi uma coisa fora dos parâmetros", comentou. (G1, 21/06/2018, Sem paginação)

O trecho acima corresponde à metade da notícia e, em sua maioria, fala a respeito do autor do crime, sua atuação como pessoa e como profissional. As informações mais relevantes e o maior espaço no texto, portanto, são dedicados aos dados sobre o autor do crime e não sobre a vítima.

Essa notícia, porém difere da notícia: "Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol do RS" (49), do *Catraca Livre*. Nesta notícia aparecem as mesmas informações sobre Thalia, mas, ao falar do autor do crime, nem o fato de ele ser jogador de futebol, que ganhou importância em outras notícias, foi mencionado. Como é possível ver no trecho a seguir:

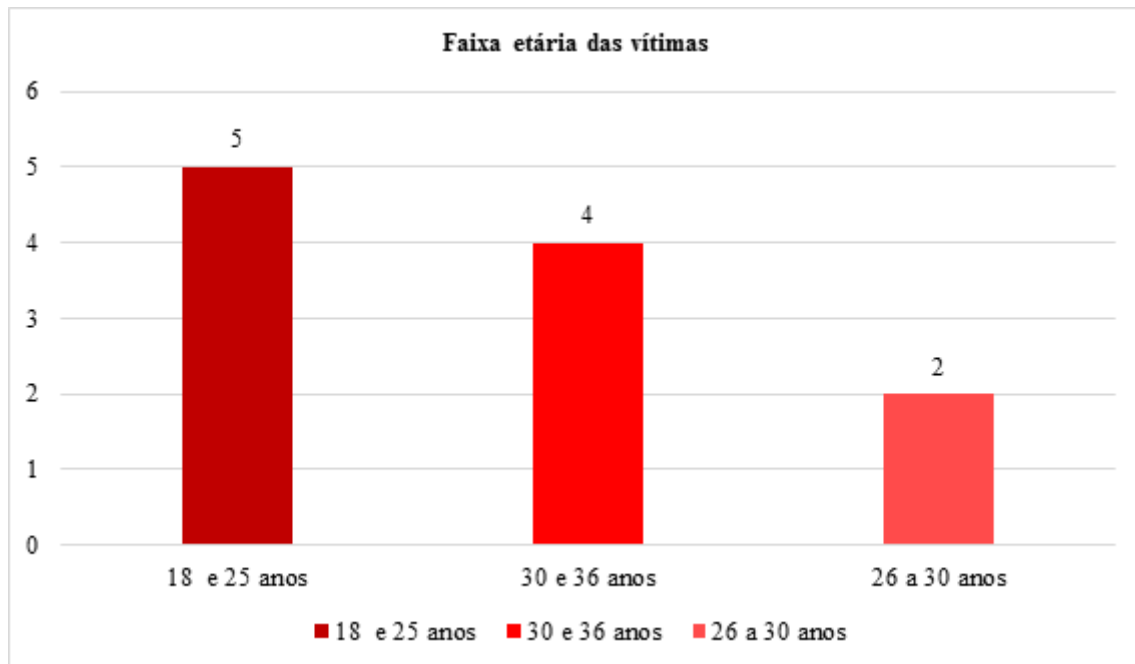
Vendedora de loterias e estudante, Thalia era conhecida na região pela militância que desenvolvia junto aos movimentos LGBTs da fronteira. Segundo a equipe da Delegacia Polícia de Pronto Atendimento, a perícia de Santo Ângelo está a caminho de São Borja para averiguar as causas da morte. Os primeiros indícios apontaram ferimentos por pauladas. Um suspeito de 22 anos está preso. Ele foi identificado com o auxílio de imagens de câmeras de vídeo monitoramento instaladas na área onde o crime aconteceu. (CATRACA LIVRE, 27/06/2018, Sem paginação)

No trecho da notícia, é possível ver que não é dito nada sobre o autor do crime, sua profissão, nem mesmo seu nome, apenas a idade. Porém, essa é a única notícia, no caso de Thalia, em que o autor ganha menos espaço do que a própria vítima.

O percentual de resolução desses crimes foi baixo, com a prisão de apenas um terço (4) dos autores. A motivação do crime, presente no título de uma das notícias, parece justificar o assassinato. No entanto, o que mais pode se observar é o descaso com esses homicídios, demonstrando uma certa indiferença às vidas dessas pessoas, ao que elas representam. Para Benevides, o grande problema é o fato da ausência de uma lei que considere esses crimes como motivados pelo ódio, e por isso são passíveis de serem enquadrados: “como um crime comum, por motivação torpe.” (BENEVIDES, 2018, p. 7).

4.4 DESCRIÇÃO DA VÍTIMA

Nesta seção, são analisadas características e demais informações sobre as vítimas, fornecidas pelas notícias, como idade e dados sobre a trajetória de vida. A idade das vítimas aparece em quase todas as notícias, exceto em três. As idades variam entre 18 e 36 anos. Das onze vítimas selecionadas para o estudo, cinco estavam na faixa entre 18 e 25 anos, quatro tinham entre 30 e 36 anos e duas possuíam uma faixa etária entre 26 a 30 anos. Esses dados podem ser melhor visualizados no gráfico 5.

Gráfico 5 – Faixa etária das vítimas

Fonte: a autora (2018).

Conforme Benevides, mais da metade (67,4%) das pessoas trans assassinadas no Brasil durante o ano de 2017 estavam na faixa etária entre 16 e 29 anos e 23% tinham entre 30 e 39 anos de idade. As vítimas de homicídio que ultrapassaram essas faixas etárias não chegaram a totalizar 10%. Para Benevides, esses números confirmam a baixa expectativa de vida da população trans no Brasil, sendo de 35 anos, metade da média da população brasileira.

Algumas características mencionadas a respeito das vítimas trazem pontos que parecem, de certa forma, julgá-las ou condená-las. A sensação é que, em algumas notícias, culpa-se as vítimas ou justifica-se o ocorrido, como se essas pessoas “mercessem” a eliminação física. Na notícia: "Furto para comprar drogas teria sido a causa do assassinato da travesti" (09), do Jornal do Povo, correspondente à vítima Chaiane, é destacado o fato da vítima ser usuária de drogas: "Moradores das proximidades do local do crime disseram que a travesti seguidamente era vista na região do Beco dos Trilhos, por **ser usuária de crack.**" (JORNAL DO POVO, 14/05/2017, Sem paginação – Grifo da autora).

A notícia sobre o homicídio de Cauã: "Testemunha-chave irá depor nesta terça-feira sobre assassinato na Orla do Guaíba, em Porto Alegre" (23), do Gaúcha ZH, citada na categoria “Identidade Trans”, destaca o seguinte trecho: “No ano passado, **chegou a ser presa por**

suspeita de assaltar uma residência, em Guaíba. Porém, pessoas próximas afirmam que ela, depois da passagem pela cadeia, não voltou a se envolver em crimes.” (GAÚCHA ZH, 11/07/2017, Sem paginação – Grifo da autora). Ou seja, mesmo o fato de a vítima ter passagens anteriores pela polícia por furto não estar diretamente relacionado ao homicídio, o crime cometido é colocado entre as características que narram a trajetória pessoal de Cauã. Em outra notícia sobre o homicídio: "Polícia busca por testemunha de morte de flanelinha" (19), do UOL, é também mencionado o furto cometido, um ano antes, por Cauã:

A flanelinha havia impedido um roubo de um veículo pela manhã, na rua João Goulart. O assaltante ameaçou a jovem, dizendo que a mataria mais tarde. O homem voltou e cometeu o crime. **A mulher tinha antecedentes por roubo.** Qualquer informação sobre este caso, o contato com a Polícia Civil é através do 0800 642 0521. (UOL, 11/07/2017, Sem paginação – Grifo da autora)

Note-se que o fato de a vítima ter antecedentes por roubo não se relaciona com nenhuma outra informação a respeito do crime. Portanto, a menção desse fato não tem o objetivo de esclarecer o caso, ficando vaga a informação dentro da narrativa da notícia. A informação descolada do contexto do homicídio acaba abrindo espaço para julgar a vítima demonstrando que essa possuía um “passado de crimes”.

Uma narrativa muito semelhante é empregada na notícia: "Polícia Civil investiga morte de travesti em Lajeado" (39), do G1, sobre o homicídio de Nati da Silva, como é possível ler no trecho: "A polícia diz que Éverton era uma travesti conhecida na região, **e tinha antecedentes por furtos. O delegado acrescenta que ela estava em liberdade condicional.**" (G1, 22/04/2018, Sem paginação – Grifos da autora). Novamente, é resgatado um “passado de crimes” da vítima, mesmo que o fato não tenha nenhuma conexão com o homicídio.

As características apresentadas sobre as vítimas, ao longo das narrativas dos casos, destacam pontos controversos da trajetória de vida dessas pessoas, mesmo esses fatos não tendo relação com o homicídio. É possível interpretar nisso uma lógica de culpabilização da vítima, destacando que a mesma não era “tão inocente”. Conforme Beatriz Adura Martins:

As mortes são arrancadas de pedaços de jornais, nos quais são expostas em curtas linhas informativas com início, meio e fim, que fecham uma condição na ocasião de quando aconteceram, inclusive em seus nomes masculinos. Os jornais afirmam caricaturas das assassinadas. A escrita jornalística sobre a vida daquelas travestis afirma a história numa preocupação de que essa possa refletir a verdade do passado. (MARTINS, 2018, p. 38)

Ou seja, a forma como os homicídios das pessoas trans são representados, nas imagens e narrativas das notícias, desumaniza as vítimas além de desrespeitar a identidade trans. É como se essas pessoas não tivessem uma história própria.

4.5 DESENVOLVER DO PROCESSO (JUDICIALIZAÇÃO)

Esta categoria analisa a narrativa das notícias, segundo: motivações para os assassinatos ou hipóteses sobre essas; o andamento do processo (judicialização) de acordo com as investigações da polícia. Seguem alguns exemplos dessa narrativa.

A vítima Chaiane, de acordo com as notícias, foi assassinada por possivelmente ter furtado alimentos dos adolescentes. Isso aparece no título da notícia: “Furto para comprar drogas teria sido a **causa** do assassinato da **travesti**” (09), do Jornal do Povo. Esse título parece tentar, de alguma forma, justificar o assassinato, no sentido de “desresponsabilizar” os autores do crime, já que relaciona a morte da vítima com o furto cometido pela mesma. Isto é, noticia o assassinato ao mesmo tempo em que incrimina a vítima. Também é possível ver, mais uma vez, a travestilidade como a única identidade possível para a vítima, o que acaba por “reduzi-la” somente a isso, pois na notícia não há referência ao nome de Chaiane. Em um dos trechos da notícia, aparece o seguinte:

Um dos denunciante disse à polícia que ficou chocado com a covardia e violência do crime. Ainda conforme os policiais, por enquanto **não há indícios de que o crime tenha sido cometido por homofobia.**

Este é o segundo caso, em menos de um ano, de assassinato contra travesti cometido por adolescentes [...]. (JORNAL DO POVO, 14/05/2017, Sem paginação – Grifos da autora)

No trecho, a transfobia, confundida com homofobia, aparece como hipótese, mas que carece de indícios para ser comprovada. Essa foi a única notícia em que a hipótese aparece, porém confundida com homofobia e, segundo a polícia, não confirmada. É possível relacionar essa confusão ao que Jesus (2012) fala sobre as relações entre a transexualidade e a homossexualidade, e como ambas causam confusão nas pessoas. Isso implica ainda mais na invisibilização transfóbica, sendo que o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de pessoas trans no mundo. Apesar desse contexto, a transfobia não é considerada uma das causas dos homicídios.

A forma como as pessoas trans são vistas e tratadas dentro da sociedade, heteronormativa e binária pode ser entendida melhor a partir dos estudos *queer*:

A ênfase *queer* nos processos de normalização implicados na constituição dos sujeitos, das identidades sociais e até mesmo das coletivas que fundam movimentos sociais do presente, aponta para a compreensão de que a maioria dos fenômenos até recentemente compreendidos como desvio podem ser encarados como diferenças, resultado de processos contínuos e interrelacionados de inferiorização, da criação de Outros que justificam a distribuição e o acesso desigual ao poder. Diante desse cenário, o *queer* se posiciona como uma “desconstrução geral da ontologia social” (GREEN, 2007).

A Teoria Queer, como uma crítica sem sujeito (*subjectless*), foca em um amplo campo de normalização (WARNER, 1993) como lócus de violência social, para as estruturas sociais hegemônicas que criam sujeitos como normais e naturais, por meio da produção de outros perversos ou patológicos. [...]

O interesse *queer* por travestis, transexuais e pessoas intersex se deve ao compromisso científico de crítica dos apanágios identitários e concepções de sujeitos unitários e estáveis. A Teoria Queer busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações [...] (MISKOLCI, 2009, p. 172, 173 e 175)

Ou seja, a Teoria Queer, ao fazer uma crítica sem sujeito, busca analisar o campo da normalização da sociedade, que, a partir da criação de estruturas hegemônicas, dá forma a sujeitos normais em oposição a pessoas consideradas como “Outros”, patologizadas no mundo social. A visão das pessoas trans como sujeitos perversos ou patológicos está alicerçada nessa lógica. Isso é visível no número de assassinatos das pessoas trans, muitas vezes motivados pela transfobia, e na maneira como elas são representadas na mídia.

No caso de Thalia Costa Barboza, a motivação do homicídio, segundo o autor do crime, com quem ela mantinha um relacionamento recente, teriam sido as ameaças de publicar fotos dos dois em redes sociais, supostamente feitas por Thalia. Na notícia: "Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol do RS" (49), do *Catraca Livre*, o subtítulo da notícia é: "Segundo o delegado responsável pelo caso, o assassino vinha sendo **chantageado pela vítima**". Esse é outro exemplo de que a notícia, na maneira como é escrita, parece querer justificar o crime tanto pela informação da “chantagem” quanto pelo local do texto em que ela aparece, no subtítulo. Isso dá como comprovada a motivação do crime, assim como o uso da palavra "chantageado" parece vitimizar o culpado dando a impressão de que a culpa pelo ocorrido é da própria vítima. Além disso, na notícia, somente são dadas informações sobre a identidade transexual, o nome e a idade da vítima, diferentemente do autor do crime, como fica claro no seguinte trecho: "Douglas é conhecido na cidade por atuar como jogador da Associação Esportiva São Borja, agremiação que disputa a segunda divisão do campeonato Gaúcho."

(CATRACA LIVRE, 27/06/2018, Sem paginação). O que demonstra como o autor do crime, por sua posição social, ganha maior espaço na notícia do que a própria vítima.

Nas narrativas das notícias, a falta de motivações dos crimes, ou o não aprofundamento das mesmas com o recurso a outras informações ou hipóteses, traz à tona a invisibilização transfóbica, pois a transfobia não aparece como possível motivação. O que demonstra indiferença e falta de cuidado na elaboração de possíveis relações entre as mortes e suas motivações. O preconceito e a invisibilização transfóbica, portanto, mostram-se enraizados tanto nos crimes como na maneira em que os homicídios aparecem e as vítimas são representadas na mídia. Outro exemplo disso são os trechos da notícia “Cabeleireira Fernanda Reichert é assassinada em São Leopoldo” (42), do Visão do Vale:

O corpo de Fernanda Reichert foi encontrado dentro de sua casa e estava com os braços amarrados com marcas de golpes de faca no rosto e no pescoço, além disso havia sangue espalhado pelas paredes e móveis do quarto onde o corpo estava. Segundo a polícia pode ter ocorrido um **latrocínio** (roubo seguido de morte), pois moveis e objetos foram encontrados revirados e fora dos lugares. Fernanda Reichert tinha 31 anos, **era transexual**, morava no Bairro São Miguel e trabalha como profissional de beleza, muito conhecida e querida no meio que convivia. Vizinhos, amigos, colegas e conhecidos estão consternados com a morte dela. (VISÃO DO VALE, 10/06/2018, Sem paginação – Grifos da autora)

Nesse trecho, além de não haver relação entre a identidade trans da vítima com a causa da morte, a narrativa coloca como provável motivo a hipótese de latrocínio, levantada pela polícia, sem propor outras motivações para o crime. Esse fato invisibiliza a transfobia como possível motivação do crime. Isso pode estar relacionado ao fato de que mesmo a sociedade estando ciente da “existência” dessas pessoas, ela ainda não compreende ou não consegue identificar o preconceito enraizado nas atitudes cotidianas. Resumidamente, para a sociedade as pessoas trans existem, mas a transfobia não. Isso fica claro quando/e se é falado em motivação do crime nas notícias.

Segundo Benevides:

Existem muitos casos onde intencionalmente, as mídias e jornalistas, fazem uma associação incoerente e fictícia com o uso de drogas ou outras atividades ilegais, ou ainda usam rixas por disputa de territórios para justificar os assassinatos, em uma escrita recheada de preconceitos e ignorância que reforça e perpetua estigmas contra a população trans (BENEVIDES, 2018, p. 13)

Ou seja, o recurso a associações com uso de drogas, crimes anteriores ou brigas para explicar possíveis motivações dos homicídios implica em uma narrativa preconceituosa e carregada de ignorância quanto a realidade da população trans. Esse tipo de narrativa foi

possível observar em diversas notícias, como exemplificado mais acima. A partir do que foi exposto, as narrativas das notícias podem ser caracterizadas como policiais, pois refletem, sobretudo, um determinado momento da investigação: o policial. Dessa forma, ocorre uma sobre representação da narrativa policial. Assim, não há um acompanhamento, por parte das narrativas midiáticas, do desenrolar do caso nas instâncias subsequentes do sistema de justiça criminal.

4.6 LOCAL DO FATO

Esta categoria tem como objetivo analisar o local em que a vítima foi assassinada e/ou seu corpo foi encontrado. Da mesma forma, é analisado como o local é mencionado nas notícias, ou seja, a importância dada ou não ao fato de ser público ou privado. Dos onze casos analisados, as vítimas Gabriele Marchiori, Chaiane, Bruna dos Santos, Cauã, Nati da Silva, Eduarda Amaro e Bruna Laclose, mais da metade dos casos analisados, foram assassinadas em locais públicos. Os corpos foram encontrados em um campo de futebol, no meio da rua, ou em frente à danceteria, por exemplo.

No caso da vítima Thalia, segundo as notícias, ela foi morta em um apartamento, mas o autor do crime jogou o corpo nas margens de um rio. A vítima de nome social Cauã foi morta em uma avenida movimentada, na qual está localizada a Usina do Gasômetro, que é área de lazer da capital do estado. Isso fica em destaque nas notícias sobre o caso, tanto pelo relato de testemunhas, as quais se impressionaram com a “calma do assassino” em cometer o crime naquela circunstância, quanto pela repercussão nas mídias, devido ao local em que o crime aconteceu. Mesmo que outros casos aqui analisados tenham ocorrido também em locais públicos, esse foi o único caso em que a notícia repercutiu consideravelmente nessa circunstância. E isso se deu devido ao local em que ocorreu, por ser ponto turístico de Porto Alegre, pelo horário e dia (tarde de domingo), em que havia grande circulação de pessoas. Os demais casos que ocorreram em local público não tiveram a mesma repercussão. O que indica maior importância, para a mídia, de uma morte em um lugar “conhecido” e “frequentado”, banalizando outras mortes e sendo indiferente ao fato de terem acontecido também em locais públicos. A ausência de receio dos autores do crime em cometerem os assassinatos em locais públicos demonstra o descaso com a vida e com o corpo/imagem das vítimas, refletindo a rejeição da sociedade a essa parcela da população.

Os demais casos analisados, que são três, ocorreram em locais privados e correspondem às vítimas Alanis Burgo, Fernanda Reichert e Thalia. O que também é grave, já que o fato pode indicar que a violência tenha sido doméstica. No caso de Thalia, principalmente, o autor do crime era alguém com quem ela mantinha uma recente relação. Assim como no caso da vítima Fernanda, o local era a sua própria casa e, mesmo assim, a transfobia não apareceu como hipótese de motivação do crime, apenas o latrocínio.

Neste capítulo, foi possível observar, a partir da leitura das notícias, que a população trans é invisibilizada nas narrativas midiáticas e, quando ganha visibilidade, ela é precária. Apesar das mortes violentas e associadas a outras agressões, nenhum dos crimes é considerado como fruto da violência de gênero, que no caso aqui estudado, é a transfobia. Na maioria das notícias, a identidade de gênero das vítimas não é respeitada, e em diversas narrativas figura uma confusão entre o gênero atribuído no nascimento e aquele com o qual as vítimas se identificavam. A maioria das notícias foi produzida logo após os crimes, no momento da investigação policial. Isso implica em uma seleção dos acontecimentos que são incluídos na narrativa da mídia, pois essa se dá em um momento determinado dos casos, o início das investigações, e reflete mais uma narrativa policial do que judicial. Outro ponto são as associações que muitas notícias fazem para aventar hipóteses acerca do crime, como um furto anterior ou chantagens, porém sem trazer a possibilidade da transfobia. As vítimas são desumanizadas nas narrativas e, nas poucas vezes em que são trazidos pontos da trajetória de vida dessas pessoas, são informados acontecimentos controversos sobre elas, por exemplo, o uso de drogas ou o fato de ter cometido algum crime no passado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho, foi proposta uma questão de pesquisa: **De que forma a mídia representa os homicídios de pessoas trans em sua narrativa sobre os crimes?** E três objetivos: (1) analisar como as motivações aparecem nas notícias; (2) identificar como são construídos os perfis das vítimas e dos suspeitos; (3) averiguar se a transfobia aparece, ou não, como possível motivação dos crimes. Para sintetizar as respostas aos problemas e demonstrar que os objetivos foram atingidos é necessário resgatar o que foi discutido ao longo dos três capítulos.

No capítulo 1, foi visto que a sociedade, regida por padrões heteronormativos, acaba por fornecer um acesso desigual ao poder. A transexualidade e sua manifestação são compreendidas por muitos discursos como desvio ou patologia, fazendo com que as pessoas trans sejam excluídas dentro do âmbito social. As pessoas trans são consideradas, nesses discursos, como detentoras de corpos que fogem à norma, sendo assim desprezadas e deslegitimadas por haver nelas uma incoerência entre sexo e gênero, de acordo com uma sociedade heteronormativa. Além das normas binárias de gênero e heterossexualidade regerem a sociedade, o Estado se omite perante os crimes contra a população trans, já que não existem dados oficiais sobre esses crimes, permanecendo a ausência de uma legislação que criminalize a LGBTfobia e a transfobia. O que impossibilita, portanto, o levantamento real desses dados e um combate eficaz específico a esses crimes.

O Brasil constitui-se como uma sociedade heterogênea. Porém, o Estado democrático brasileiro aponta contradições no alcance do direito a todos, já que o quadro do país mistura características democráticas e autoritárias, negando o acesso à cidadania plena às pessoas em função de sua classe social, raça, gênero, etc. Esse contraste brasileiro de identidades, que trazem à tona o ódio e a intolerância ao que é visto como diferente, juntamente, com o Estado que ignora a existência das pessoas trans, traz como consequência a violência letal contra esta parcela da população. Violência de gênero que se vê justificada em uma resposta à quebra da matriz binária "homem" e "mulher" e à contravenção das normas heterossexuais da sociedade.

No capítulo 2, foi visto que as RS são conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum. São formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana e construídas nas relações estabelecidas entre sujeitos ou através de interações grupais. Elas são dinâmicas,

sendo uma versão ou tradução da realidade, e dependem da relação que os indivíduos têm com a sociedade. Presentes de diversas formas no mundo social, as RS agem sobre a vida social ao mesmo tempo em que são criadas por esta. As RS dizem respeito à realidade experienciada e conceituada pelo humano. A linguagem e as imagens cotidianas ou veiculadas pela mídia são o meio de difusão das RS, conformando comportamentos e ações frente ao que é representado desse mundo social, isto é, servem como orientação de conduta dentro do espectro social.

Os indivíduos e os grupos inseridos em sociedades plurais constroem diferentes representações dos mesmos objetos, de acordo com a realidade social, econômica e cultural que compartilham. Em função da desigualdade social presente nessas sociedades, representações são hierarquizadas e modos de pensar e de agir marginalizados dentro da sociedade. Tratar a violência como objeto de estudo, a partir das RS, possibilita entender que o fenômeno da violência, na sociedade contemporânea, é complexo e condicionado pelas estruturas desta. A TRS permitiu analisar as narrativas midiáticas sobre as ações violentas (homicídios) cometidas contra pessoas trans, e propor as possíveis interpretações e condutas que a representação dessa violência pode engendrar. Para isso, é necessário considerar os atores sociais e a estrutura social em que os sujeitos estão inseridos. Na sociedade atual, a mídia, seja pela televisão, seja pela *Internet*, é o principal meio de divulgação da violência. A simultaneidade entre acontecimento e sua divulgação cria um simulacro da violência dando a impressão dela ter sido vivida, porém sem se sofrer as reais consequências desta. Isso contribui para banalizar e tornar a violência e os comportamentos violentos como meios legítimos de sociabilidade.

No capítulo 3, foi realizada a análise das notícias. Nas narrativas sobre os homicídios de pessoas trans, entre janeiro de 2017 e junho de 2018, observou-se que essas pessoas são invisibilizadas em suas identidades e em sua existência dentro da sociedade. Os homicídios são considerados como comuns, e, em alguns dos casos, é aberta a possibilidade de relativização da culpa, em função de informações desconexas presentes nas narrativas. Ao relatar a maneira como ocorreram os homicídios, os canais eletrônicos de mídia acabam por violar as identidades de gênero das vítimas. Isso se dá tanto na forma como as identidades são expostas, quanto a partir de um silenciamento das mesmas. Como foi visto, a partir de Butler (2011), a quebra da normalização binária e heteronormativa que o corpo das pessoas trans simboliza implica na precariedade da vida delas. A noção de vida precária pode ser aplicada tanto para pensar o modo cruel como essas pessoas são assassinadas, quanto para analisar a precariedade da visibilidade da identidade delas nas narrativas da mídia. Se por um lado há uma maior visibilidade das

identidades trans, por outro, a invisibilidade quanto à transfobia fica evidente na análise das notícias.

Portanto, a partir das análises realizadas foram construídas possibilidades interpretativas sobre como a sociedade ainda invisibiliza uma das possíveis motivações dessas mortes: a transfobia. Em nenhuma notícia, a transfobia é elencada como possível motivação, mesmo que seja um problema real, que acaba por extinguir o corpo e a identidade das pessoas trans. Mesmo que, na maioria das notícias, a identidade trans das vítimas seja exposta, em raras ocasiões são levantadas hipóteses de que a causa das mortes estaria relacionada a um crime de ódio motivado pelo gênero assumido pela vítima. As informações das notícias não se relacionam de forma a produzir um sentido que ajude a entender melhor/elucidar o caso. As notícias, em sua grande maioria, apenas informam que as vítimas eram travestis ou transexuais, e que a causa da morte ainda está sendo investigada ou não foi confirmada.

As representações da violência letal nas notícias analisadas são exemplo de que as RS são criadas pela vida social e estão relacionadas com o contexto no qual ocorre essa elaboração, já que a transfobia fica invisibilizada ao não ser indicada como causa das mortes em questão. Os homicídios, então, são tratados como comuns, o que é consequência da norma binária de gênero e de sexualidade reger a sociedade. Ou seja, o fato da transexualidade e travestilidade ainda serem vistas como patologia ou desvio na sociedade, "quebrando" essa norma binária, faz com que as mortes de pessoas trans sejam representadas de maneira que a vítima tenha sua identidade de gênero, muitas vezes, violada ou essencializada, de forma a "reduzir a pessoa" somente ao fato de ser travesti ou transexual, enaltecendo aspectos negativos sobre a vítima que não tenham relação com as demais informações a respeito do crime, como, por exemplo, o fato dela ter antecedentes por roubo.

As maneiras como a vítima, sua identidade de gênero e seu assassinato são representados nos canais eletrônicos de mídia estão, portanto, socialmente relacionadas com o contexto em que estão inseridas, já que a desigualdade de acesso ao poder no Brasil é excludente em relação ao sexo, gênero e raça de determinados indivíduos, como as pessoas trans, por se encontrarem em desacordo com os padrões heteronormativos da sociedade. A população trans é excluída do âmbito social em diversos aspectos, que vai da exclusão na família e no mercado de trabalho à exclusão de sua existência física através da violência letal, que é de gênero. Ao analisar as narrativas das notícias, foi possível perceber que as representações desses homicídios na mídia criam condições para a exclusão das pessoas trans, invisibilizando a

transfobia como uma das causas dessas mortes. O Estado brasileiro reforça e influencia essa exclusão ao ser omissivo, pois, ao não criar uma categoria jurídica que abarque os homicídios de pessoas trans, impossibilita que sejam levantados dados, especificamente, para esses crimes. Isso dificulta a sistematização de estatísticas que permitam identificar a motivação de ódio – transfobia – por trás dos homicídios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. NOTÍCIAS

A) Alanis Burgo

REDAÇÃO PINHEIRO ONLINE. Pinheirense é vítima de possível estrangulamento em Pelotas. **Pinheiro Online**, Pinheiro Machado, 23/03/2018. Destaque principal, segurança. Disponível em: <<http://www.pinheiroonline.com.br/pinheirense-e-vitima-de-possivel-estrangulamento-em-pelotas/>>. Acesso em: 25/10/2018.

REDAÇÃO TRADIÇÃO REGIONAL. Moradora de Pinheiro Machado é encontrada sem vida em Pelotas. **Jornal Tradição Regional**, Pelotas, 23/03/2018. Policial. Disponível em: <<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/policial/index.php?noticia=26027>>. Acesso em: 25/10/2018.

GOMES, E. Pinheirense é vítima de possível estrangulamento em Pelotas. **Notícias Evaldo Gomes**, Canguçu, 23/03/2018. Disponível em: <<https://eg-leal.blogspot.com/2018/03/pinheirense-e-vitima-de-possivel.html>>. Acesso em: 25/10/2018.

REDAÇÃO PINHEIRO ONLINE. Caso Alanis passa a ser investigado pela delegacia de Homicídios. **Pinheiro Online**, Pinheiro Machado, 27/03/2018. Destaque principal, justiça. Disponível em: <<http://www.pinheiroonline.com.br/caso-alanis-passa-ser-investigado-pela-delegacia-de-homicidios/>>. Acesso em: 25/10/2018.

REDAÇÃO DIÁRIO DA MANHÃ. Morte de transexual será investigada pela DHPP. **Diário da Manhã**, Pelotas, 28/03/2018. Notícias. Disponível em: <<http://diariodamanhapelotas.com.br/site/morte-de-transexual-sera-investigada-pela-dhpp/>>. Acesso em: 25/10/2018.

TEMPO FM. Mais uma transexual assassinada. **Rádio Tempo FM 101,5**, Recife; Fortaleza; Salvador, 31/03/2018. Notícias. Disponível em: <<http://www.radiotempofm.com.br/mais-uma-transexual-assassinada/>>. Acesso em: 25/10/2018.

REDAÇÃO TP. Polícia aguarda laudo pericial sobre morte de transexual. **Tribuna do Pampa**, Candiota, 03/04/2018. Disponível em: <<http://www.tribunadopampa.com.br/policia-aguarda-laudo-pericial-sobre-morte-de-transexual/>>. Acesso em: 25/10/2018.

B) Bruna Laclose

PERAÇA, V. Transexual é morta a facadas em Pinheiro Machado. **Diário Popular**, Pelotas, 07/08/2017. Segurança. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/seguranca/transexual-e-morta-a-facadas-em-pinheiro-machado-126207/?chave=4d2cd1956964201&>>. Acesso em: 20/08/2018.

REDAÇÃO TRADIÇÃO REGIONAL. Pinheiro Machado: Homem esfaqueia duas pessoas e é preso. **Jornal Tradição Regional**, Pelotas, 11/08/2017. Disponível em: <<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/policial/index.php?noticia=23097>>. Acesso em: 20/08/2018.

REDAÇÃO RUBA. Homem mata transexual em Pinheiro Machado. **Programa Variedades do Ruba**, Jaguarão, Sem data. Disponível em: <<http://variedadesruba.blogspot.com/2017/08/pinheiro-machado-homem-mata-transexual.html>>. Acesso em: 20/08/2018.

C) Bruna dos Santos

PERAÇA, V. Jovem é morto a tiros em Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 09/07/2017. Segurança. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/seguranca/jovem-e-morto-a-tiros-em-pelotas-125436/?>>. Acesso em: 25/08/2018

D) Cauã

MASSARO, H. Mulher é assassinada próximo à Usina do Gasômetro. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 09/07/2017. Polícia. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/7/622480/Mulher-e-assassinada-proximo-a-Usina-do-Gasometro>>. Acesso em: 13/09/2018.

REDAÇÃO O SUL. Mulher é morta em plena tarde, em área de lazer no Centro de Porto Alegre. **O Sul**, Porto Alegre, 09/07/2017. Destaques, Geral, Notícias. Disponível em: <<http://www.osul.com.br/mulher-e-morta-em-plena-tarde-em-area-de-lazer-no-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13/09/2018.

REDAÇÃO AGORA. Mulher é morta a tiros perto da Usina do Gasômetro. **Agora no RS**, Porto Alegre, 09/07/2017. Disponível em: <<https://agoranors.com/noticia/2017/07/mulher-e-morto-a-tiros-perto-da-usina-do-gasometro-em-porto-alegre-2260.html>>. Acesso em: 13/09/2018.

TORRES, E.; SILVA, F. Guardadora de carros é morta a tiros na área central de Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 09/07/2017. Segurança. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/07/guardadora-de-carros-e-morto-a-tiros-na-area-central-de-porto-alegre-9836808.html>>. Acesso em: 13/09/2018.

BITTENCOURT, J. Guardadora de carros é assassinada próximo ao Gasômetro. **UOL**, São Paulo, 10/07/2017. Notícias. Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticias/100000866212/guardadora-de-carros-e-assassinada-proximo-ao-gasometro.html>>. Acesso em: 13/09/2018.

REDAÇÃO PORTO ALEGRE 24 H. Uma mulher foi assassinada próximo à Usina do Gasômetro. **Porto Alegre 24 horas**, Porto Alegre, 10/07/2017. Disponível em: <<https://www.poa24horas.com.br/uma-mulher-foi-assassinada-proximo-usina-do-gasometro/>>. Acesso em: 13/09/2018.

LEMES, D. Polícia busca por testemunha de morte de flanelinha. **UOL**, São Paulo, 11/07/2017. Notícias. Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticias/100000866395/policia-busca-por-testemunha-de-morte-de-flanelinha-para-fechar-caso.html>>. Acesso em: 14/09/2018.

REDAÇÃO O SUL. Polícia prende dois suspeitos de matar guardadora de carros no Gasômetro. **O Sul**, Porto Alegre, 13/07/2017. Capa-Caderno 1. Disponível em: <<http://www.osul.com.br/policia-prende-dois-suspeitos-de-matar-guardadora-de-carros-no-gasometro/>>. Acesso em: 14/09/2018.

REDAÇÃO AGORA. Polícia prende executor e mandante de homicídio perto da Usina do Gasômetro. **Agora no RS**, Porto Alegre, 13/07/2017. Disponível em: <<https://agoranors.com/noticia/2017/07/policia-prende-executor-e-mandante-de-homicidio-perto-da-usina-do-gasometro-2378.html>>. Acesso em: 14/09/2018.

REDAÇÃO CENTRAL DAS NOTÍCIAS. Presos suspeitos de matar mulher no entorno do Gasômetro, em Porto Alegre. **Central das Notícias**, 13/07/2017. Disponível em: <<http://noticias.cennoticias.com/5611731?origin=relative&pageId=e4357654-8a6a-498e-9d12-ba45fd2040b3&PageIndex=1>>. Acesso em: 14/09/2018.

DORNELLES, R. Testemunha-chave irá depor nesta terça-feira sobre assassinato na Orla do Guaíba, em Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 10/07/2017 (atualizada em 11/07/2017). Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/07/testemunha-chave-ira-depor-nesta-terca-feira-sobre-assassinato-na-orla-do-guaiba-em-porto-alegre-9838051.html>>. Acesso em: 14/09/2018.

E) Chaiane

REDAÇÃO GAÚCHA ZH. Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 14/05/2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/05/travesti-e-morta-a-facadas-em-cachoeira-do-sul-9792711.html>>. Acesso em: 10/09/2018.

REDAÇÃO NT SUL. Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul. **NT Sul - TV Cachoeira**, Cachoeira, 14/05/2017. Disponível em: <<http://novotempo.com/ntsul/travesti-morta-a-facadas-em-cachoeira-do-sul/>>. Acesso em: 10/09/2018.

REDAÇÃO ARAUTO. Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul. **Portal Arauto FM**, Vera Cruz, 14/05/2017. Notícias. Disponível em: <<http://portalarauto.com.br/Pages/124473/travesti-e-morta-em-cachoeira-do-sul>>. Acesso em: 10/09/2018.

OLIVEIRA, I. V. de. Travesti é morta a facadas em Cachoeira do Sul. **Blog Iltom Vargas de Oliveira**, Santiago, 14/05/2017. Disponível em: <<https://iltomvargas.blogspot.com/2017/05/travesti-e-morta-facadas-em-cachoeira.html>>. Acesso em: 10/09/2018.

REDAÇÃO O SUL. Travesti de 27 anos é morta a facadas em Cachoeira do Sul. **O Sul**, Porto Alegre, 14/05/2017. Capa-Caderno 1, Geral, Notícias. Disponível em: <<http://www.osul.com.br/travesti-de-27-anos-e-morta-facadas-em-cachoeira-sul/>>. Acesso em: 11/09/2018.

LIMA, C. Furto para comprar drogas teria sido a causa do assassinato da travesti. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul, 14/05/2017. Polícia. Disponível em: <

https://www.jornaldopovo.com.br/site/noticias/257592/Furto_para_comprar_drogas_teria_sido_o_a_causa_do_assassinato_da_travesti>. Acesso em: 11/09/2018.

MORAES, C. Polícia recebe informações sobre a morte do travesti Chaiane. **O Correio**, Cachoeira do Sul, 14/05/2017. Disponível em: <<http://www.ocorreio.com.br/noticias/18225/policia-recebe-informacoes-sobre-a-morte-do-travesti-chaiane>>. Acesso em: 10/09/2018

REDAÇÃO SANTA MARIA 24 HORAS. Polícia Civil investiga morte de travesti na região. **Central Santa Maria 24 horas**, Santa Maria, 15/05/2017. Disponível em: <<http://santamaria24h.com.br/site/index.php/2017/05/15/policia-civil-investiga-morte-de-travesti-na-regiao-central/>>. Acesso em: 10/09/2018.

REDAÇÃO FARRAPO. Polícia apreende trio suspeito de matar travesti a facadas. **Farrapo**, Caçapava do Sul, 20/05/2017. Disponível em: <<http://farrapo.com.br/noticias/2/17451/Policia-apreende-trio-suspeito-de-matar-travesti-a-facadas.html>>. Acesso em: 10/09/2018.

F) Eduarda Amaro

REDAÇÃO DIÁRIO POPULAR. Jovem morre após tiroteio no Pestano. **Diário Popular**, Pelotas, 29/03/2018. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/seguranca/jovem-morre-apos-tiroteio-no-pestano-131517/?>>. Acesso em: 12/09/2018.

G) Fernanda Reichert

SANTOS, C. Transexual é assassinada a facadas em São Leopoldo. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 09/06/2018. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2018/06/noticias/regiao/2277678-transexual-e-assassinada-a-facadas-em-sao-leopoldo.html>. Acesso em: 27/09/2018.

LEITE, S. Mulher trans é morta a facadas dentro de casa no bairro São Miguel. **Jornal VS**, São Leopoldo, 10/06/2018. Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2018/06/noticias/regiao/2277789-mulher-trans-e-morta-a-facadas-dentro-de-casa-no-bairro-sao-miguel.html>. Acesso em: 27/09/2018.

MACHADO, J. Cabeleireira Fernanda Reichert é assassinada em São Leopoldo. **Visão do Vale**, São Leopoldo, 10/06/2018. Disponível em: <<http://visaodovale.com.br/cabeleireira-fernanda-reichert-e-assassinada-em-sao-leopoldo/>>. Acesso em: 27/09/2018.

REDAÇÃO AÇÃO PREVENTIVA. Transexual Fernanda Reichert é assassinada em São Leopoldo. **Blog Ação Preventiva**, Sem local, 10/06/2018. Disponível em: <<https://arxibauermoncorvo.blogspot.com/2018/06/transexual-fernanda-reichert-e.html>>. Acesso em: 27/09/2018.

H) Gabriele Marchiori

LOPES, R. Corpo carbonizado em Cachoeirinha era de uma transexual. **O Repórter**, Cachoeirinha, 14/03/2017. Disponível em: <<https://www.oreporter.net/corpo-carbonizado-em-cachoeirinha-era-de-uma-transexual/>>. Acesso em: 01/09/2018.

FURLAN, M. Polícia apura morte de transexual em Cachoeirinha. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 14/03/2017 (atualizada em 15/07/2017). Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/03/policia-apura-morte-de-transexual-em-cachoeirinha-9747854.html>>. Acesso em: 01/09/2018.

I) Michelly Garcia

REDAÇÃO DIÁRIO POPULAR. Na noite de sexta, uma pessoa é assassinada e outra fica ferida no Pestano. **Diário Popular**, Pelotas, 04/03/2017. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/seguranca/na-noite-de-sexta-uma-pessoa-e-assassinada-e-outra-fica-ferida-no-pestano-122164/?>>. Acesso em: 15/10/2018.

J) Nati da Silva

CÁSSIA, R. de. Homem é assassinado no Centro de Lajeado. **Informativo do Vale**, Lajeado, 21/04/2018. Notícias. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/policia/homem-e-assassinado-no-centro-de-lajeado,272668.jhtml>>. Acesso em: 04/09/2018.

REDAÇÃO INDEPENDENTE. Travesti é assassinada em Lajeado. **Grupo Independente**, Lajeado, 21/04/2018. Polícia. Disponível em: <<http://independente.com.br/travesti-e-assassinado-em-lajeado/>>. Acesso em: 04/09/2018.

LOPES, C. Polícia Civil investiga assassinato de travesti em Lajeado. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 22/04/2018. Segurança. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/04/policia-civil-investiga-assassinato-de-travesti-em-lajeado-cjgbh1qrc02bc01qlcryb5c8r.html>>. Acesso em: 25/08/2018.

VERONEZ, K. Polícia Civil investiga morte de travesti em Lajeado. **G1**, Lajeado, 22/04/2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/policia-civil-investiga-morte-de-travesti-em-lajeado.ghtml>>. Acesso em: 25/08/2018.

K) Thalia Costa Barboza

DUARTE, C.; HERNANDEZ, L.; LOPES, T. Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol em São Borja, diz polícia. **G1**, São Borja, 21/06/2018. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/transexual-e-morta-a-pauladas-por-jogador-de-futebol-em-sao-borja-diz-policia.ghtml>>. Acesso em: 25/08/2018

NAGEL, L. Transexual é encontrada morta no RS; jogador assume o crime e é preso. **UOL**, Porto Alegre, 21/06/2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/21/transexual-e-encontrada-morta-no-rs-jogador-assume-o-crime-e-e-preso.htm>>. Acesso em: 04/09/2018

MARCOVICI, F. Transexual é encontrada morta em São Borja. **Correio do Povo**, 21/06/2018. Polícia. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2018/06/654086/Transexual-e-encontrada-morta-em-Sao-Borja->>. Acesso em: 11/09/2018.

REDAÇÃO PORTO ALEGRE 24 HORAS. Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol no RS, diz polícia. **Porto Alegre 24 horas**, Porto Alegre, 22/06/2018. Disponível em: < <https://www.poa24horas.com.br/transexual-e-morta-a-pauladas-por-jogador-de-futebol-no-rs-diz-policia/>>. Acesso em: 04/09/2018.

REDAÇÃO ISTOÉ. Transexual é encontrada morta e jogador confessa crime. **ISTOÉ**, Sem local, 22/06/2018. Disponível em: < <https://istoe.com.br/transexual-e-encontrada-morta-e-jogador-confessa-crime/>>. Acesso em: 12/09/2018.

REDAÇÃO CATRACA LIVRE. Transexual é morta a pauladas por jogador de futebol do RS. **Catraca Livre**, 27/06/2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/transexual-e-morta-a-pauladas-por-jogador-de-futebol-do-rs/>>. Acesso em: 11/09/2018.

2. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, S. F. C. de; SANTOS, M. C. A. B. dos; ROSSI, T. M. de F. Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. **Psicologia. Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, p. 277-286, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n3/04.pdf>>. Acesso em: 14/11/2018.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Site Institucional**. ANTRA, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em: 23/11/2018.

ÁRAN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, p. 49-63, jan./jun 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004>. Acesso em: 16/11/2018.

ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n.1, p. 70-79, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18/09/2018.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p. 127-147, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18/11/2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 55-74, Apr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100055&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/05/2018.

BENEVIDES, B et al. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais**. ANTRA, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 16/11/2018.

BENEVIDES, B. **Cartilha Gênero**. ANTRA, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/01/gc3aanero.pdf>>. Acesso em: 17/10/2018.

BENTO, B. Brasil: país do transfeminicídio. **CLAM**. 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>. Acesso em: 05/11/2018.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, n.1, p. 13-33, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>>. Acesso em: 30/10/2018.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C.; WOLTER, R. P.; WACHELKE, J. As pesquisas em representações sociais na revista. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 582-588, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n3/1807-0310-psoc-28-03-00582.pdf>>. Acesso em: 07/11/2018.

CRUSOÉ, N. M. C. A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e sua Importância para a Pesquisa em Educação. *Aprender (Vitória da Conquista)*, v. 2, n. 2, p. 105-114, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3792>>. Acesso em: 10/11/2018.

DEBERT, G. D.; GREGORI, M. F. Conceptualising violence and gender in the Brazilian context: New issues and old dilemmas. **Feminist Theory**, p. 1-16, 2016. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002>. Acesso em: 11/11/2018.

_____. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, v. 23, n. 66, p. 165-211, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011>. Acesso em: 01/11/2018.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Site Institucional**. GGB, 2018. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/>>. Acesso em: 06/07/2018.

JESUS, J. G. A Violência Contra Pessoas Trans é uma Violência de Gênero: Retratos da Violência Transfóbica. **Jaqueline J.** Brasília, 19/10/2012. Disponível em: <<http://jaquejesus.blogspot.com/2012/10/a-violencia-contra-pessoas-trans-e-uma.html>>. Acesso em: 14/08/2018.

JODELET, D.: Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/324979211>>. Acesso em: 16/11/2018.

LEONY, M. Transfobia, Controle Social e Políticas Públicas de atendimento. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais**. ANTRA, p. 90-116, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

LIMA, A. M.; MACHADO, L. B. Ser interessado: núcleo central das representações sociais do 'bom aluno' de professoras. **Intermeio (UFMS)**, v. 16, n. 32. p. 202-213, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2435>>. Acesso em: 14/11/2018.

MARTINS, A. M.; CARVALHO, C. A. da S.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 104-114, abr. 2014 . Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/5402>>. Acesso em: 17/11/2018.

MARTINS, B. A. Assassinatos retirados de jornais: Para que contar as mortes de Travestis?. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais**. ANTRA, p. 32-44, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 21/10/2018.

MARTINS, H. Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil: Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em 2017. **Agência Brasil**, Brasília, 25/01/2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em: 27/07/2018.

MISKOLCI, R. A teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em: 23/10/2018.

MOSCOVICI, S. Prefácio; In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs) **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças, edição 10 (CID-10)**. OMS, 2008. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em: 22/10/2018.

_____. **International Classification of Diseases, edition11 (ICD-11)**. WHO, 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/classifications/icd/en/>>. Acesso em: 23/10/2018.

PORTO, M. S. G. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 30, n. 1, p. 19-37, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100055&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/05/2018.

_____. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Revista Sociologias UFRGS**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.152-171, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25/10/2018.

_____. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Revista Sociologias UFRGS**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 250-273, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27/10/2018.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, J. V. T.; TEIXEIRA, N. A. Figurações da violência: uma representação enigmática. **Revista Sociologias UFRGS**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 14-25, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000300002>. Acesso em: 15/06/2018.

TEIXEIRA, N. A. Televisão, hipercrimes e violências na Modernidade Tardia. In: SANTOS, J. V. T.; TEIXEIRA, N. A.; RUSSO, M. (Orgs.). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina, p. 39-55, 2011.

SILVA, I. P. da. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: a redesignação de sexo na sociedade globalizada**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

PINHEIRO FILHO, F. A. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, n. 61, p. 17-30, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452004000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22/10/2018.

OLIVEIRA, M. de. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES COLETIVAS: UMA TRAJETÓRIA DA DIVISÃO DO TRABALHO ÀS FORMAS ELEMENTARES. **DEBATES DO NER**, v. 2, n. 22 p. 67-94, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/30352>>. Acesso em: 24/10/2018.

_____. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n.55, p. 180-186, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014>. Acesso em: 05/11/2018.

_____. Representações sociais: uma teoria para a Sociologia?. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 7, p. 71-94, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235454>>. Acesso em: 07/11/2018.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ZAMBRANO, E. **Trocando os documentos:** um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. 126 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3693>>. Acesso em: 13/10/2018.